

**Escola de Ciências Sociais e Humanas**

Departamento de Economia Política

**O Impacto da Indefinição de Estatuto nas Políticas Públicas do  
Kosovo**

**Afonso Miguel Ferreira Coelho**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Economia e Políticas Públicas

Orientador:

Doutor Ricardo Alexandre Encarnação Sousa

ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

setembro, 2019



## RESUMO

Mais de dez anos após a declaração unilateral de independência, o Kosovo passa por uma das fases mais complicadas da sua curta vida, com as pressões crescentes da Sérvia a nível internacional a juntarem-se às tensões étnicas dentro do seu território e aos elevados níveis de desemprego, pobreza e corrupção, havendo, no entanto, uma população jovem com potencial de crescimento. Esta dissertação analisa a influência da indefinição do estatuto do Kosovo no seu setor público e nas suas políticas públicas, através de um conjunto de entrevistas semi-estruturadas e de uma compilação de dados estatísticos quer a nível macroeconómico, quer a nível de contas públicas, comparando a sua situação com a dos restantes países que compõem os Balcãs Ocidentais. Concluiu-se que, embora exista uma inegável influência da indefinição de estatuto em vários aspetos da sociedade kosovar, a ineficiência política e governativa torna difícil a resposta aos problemas existentes, agravando as deficiências que originam na situação extraordinária do novo estado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Kosovo, reconhecimento, políticas públicas, setor público, *state-building*

**CÓDIGOS DE CLASSIFICAÇÃO JEL:** J18 - Demographic Economics: Public Policy; F50 - International Relations, National Security, and International Political Economy: General

## ABSTRACT

Over ten years after the unilateral declaration of independence, Kosovo is going through one of the hardest stages in its short existence, with the growing pressures of Serbia on the international level adding up to the ethnical tensions inside its borders and to the high levels of unemployment, poverty and corruption, notwithstanding a young population with potential for development. This dissertation analyses the influence of the uncertainty of the status of Kosovo in its public sector and public policy, through a set of semi-structured interviews and a compilation of statistical data, both at macroeconomic level and in what concerns public accounts, comparing its situation with its neighbouring countries of the Western Balkans. It has been concluded that, although there's an undeniable influence of the status uncertainty in a plethora of aspects of the Kosovan society, the political and governmental inefficiency makes it harder to answer the existing problems, exacerbating the defficiencies that originate in the extra-ordinary situation of the new state.

**KEYWORDS:** Kosovo, recognition, public policy, public sector, state-building

**JEL CLASSIFICATION CODES:** J18 - Demographic Economics: Public Policy; F50 - International Relations, National Security, and International Political Economy: General

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, é imperativo fazer um agradecimento ao doutor Ricardo Alexandre, meu orientador nesta dissertação, que me providenciou todas as ferramentas para a completar com o sucesso desejado, tendo cooperado de uma forma ímpar para que o desiderato de me tornar mestre fosse uma realidade.

De seguida, é premente agradecer ao coordenador do Mestrado em Economia e Políticas Públicas do ISCTE-IUL, Ricardo Paes Mamede, pela oportunidade que me foi dada de completar mais uma etapa na minha vida académica. Adicionalmente, agradeço também a todos os meus professores que me acompanharam tanto durante o mestrado no ISCTE-IUL, como aqueles que me acompanharam durante a licenciatura no Instituto Superior de Economia e Gestão, agradecendo a ambas estas grandes instituições académicas todas as condições de que me muniram.

Necessário é, também, agradecer a todas as pessoas que me ajudaram diretamente com esta dissertação, quer através de dicas, quer através de se terem voluntariado para responder às minhas questões: à Nevena Radosavljević, ao Stefan van Dijk, ao Visar Xhambazi, assim como ao entrevistado que preferiu manter o anonimato, principalmente, e, adicionalmente, aos cidadãos do Kosovo, onde fui bem recebido.

Um agradecimento também à minha família, em particular aos meus pais, porque sem a ajuda deles dificilmente teria chegado a esta fase, e quero agradecer aos meus amigos que me acompanharam neste percurso durante o último ano, e também a todos os meus colegas, quer aos que me acompanharam durante a licenciatura, quer àqueles que estiveram comigo no semestre em Itália, quer a toda a minha turma no Mestrado de Economia e Políticas Públicas, cujos constituintes me forneceram várias dicas e me ensinaram múltiplas coisas relativamente a esta área.

Finalmente, um agradecimento a todos os futuros leitores da dissertação que se segue, aos quais espero que seja útil de qualquer forma possível.



## ÍNDICE

INTRODUÇÃO .....	1
CAPÍTULO I – METODOLOGIA.....	3
CAPÍTULO II – ENQUADRAMENTO .....	5
a) O Kosovo na atualidade .....	5
i) A declaração de independência e o Estatuto do Kosovo.....	5
ii) Conjuntura política .....	6
iii) Conjuntura económica.....	8
b) Breve História .....	10
i) Séculos XIII, XIV e a Batalha do Kosovo .....	10
ii) Liga de Prizren e o Movimento Nacional Albanês .....	12
iii) As Grandes Guerras e o Kosovo na era de Tito.....	14
iv) Milošević e o fim da autonomia.....	16
c) A Intervenção externa e o UÇK .....	17
i) Enquadramento .....	17
ii) Missão de Administração Interina das Nações Unidas no Kosovo – UNMIK.....	18
iii) Missão da União Europeia para o Estado de Direito no Kosovo – EULEX.....	19
iv) O Exército de Libertação do Kosovo – UÇK .....	19
CAPÍTULO III - REVISÃO DE LITERATURA .....	23
a) A Situação do Setor Público no Kosovo .....	23
i) Na Saúde .....	23
ii) Na Educação .....	25
iii) Na Sociedade .....	27
iv) Nos Outros Setores .....	28
b) Desafios do Kosovo na atualidade .....	29
i) Visão geral .....	29
ii) O Desemprego .....	31
iii) As Exportações .....	33
iv) A Integração Europeia e o IPA .....	36
v) Presença em Organizações Internacionais .....	39
c) Revisão de Literatura: Conclusão .....	41
CAPÍTULO IV - ANÁLISE EMPÍRICA.....	43
a) Entrevistas.....	43
b) Análise Estatística.....	49
i) Dados .....	49
ii) Análise dos Dados .....	50

iii) Análise dos Resultados .....	53
c) Discussão dos Resultados.....	54
CONCLUSÃO .....	57
REFERÊNCIAS .....	61
ANEXOS.....	69



## ÍNDICE DE ABREVIACÕES

EULEX – Missão da União Europeia para o Estado de Direito no Kosovo (*European Union Rule of Law Mission in Kosovo*)

FIBA – Federação Internacional de Basquetebol (*Fédération Internationale de Basketball*)

FIFA – Federação Internacional de Futebol (*Fédération Internationale de Football Association*)

FMI – Fundo Monetário Internacional

HRW – Observatório dos Direitos Humanos (*Human Rights Watch*)

IDE – Investimento Direto Estrangeiro

Interpol – Organização Internacional de Polícia Criminal (*International Criminal Police Organization*)

IPA – Instrumento de Assistência de Pré-Adesão (*Instrument for Pre-Accession Assistance*)

LDK – Liga Democrática do Kosovo (*Lidhja Demokratike e Kosovës*)

LPK – Movimento Popular do Kosovo (*Lëvizja Popullore e Kosovës*)

LPRK – Movimento Popular pela República do Kosovo (*Lëvizja Popullore për Republikën e Kosovës*)

NATO – Organização do Tratado do Atlântico Norte (*North Atlantic Treaty Organization*)

ONU – Organização das Nações Unidas

OSCE – Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (*Organization for Security and Co-operation in Europe*)

PEA – Pacto de Estabilização e Associação

PDK – Partido Democrático do Kosovo (*Partia Demokratike e Kosovës*)

PIB – Produto Interno Bruto

SKS – Partido Comunista Sérvio (*Savez Komunisti Srbije*)

Sq – Língua albanesa

Sr – Língua sérvia

TMK – Corpos de Proteção do Kosovo (*Trupat e Mbrojtjes së Kosovës*)

UCCK – Centro Clínico Universitário do Kosovo (*University Clinical Center of Kosovo*)

UÇK – Exército de Libertação do Kosovo (*Ushtria Çlirimtare e Kosovës*)

UE – União Europeia

UEFA – União das Associações Europeias de Futebol (*Union of European Football Associations*)

UNDP – Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (*United Nations Development Programme*)

UNHCR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (*United Nations High Commissioner for Refugees*)

UNMIK – Missão da Administração Interina das Nações Unidas no Kosovo (*United Nations Mission in Kosovo*)

## ÍNDICE DE TABELAS E FIGURAS

Figura 2.1 - Produto Interno Bruto do Kosovo a preços correntes .....	10
Figura 3.1 - Número de alunos por escalão escolar no Kosovo .....	27
Figura 3.2 - Taxa de Desemprego (% da população ativa) nos Balcãs Ocidentais.....	31
Figura 3.3 - Taxa de Desemprego entre 15-24 anos de idade nos Balcãs Ocidentais.....	32
Figura 3.4 - Exportações de bens e serviços nos Balcãs Ocidentais (% do PIB).....	34
Figura 4.1 - Indicadores Mundiais de Governança do Banco Mundial .....	50
Figura 4.2 - Indicadores Macroeconómicos Seleccionados.....	51
Tabela 3.1 - Fundos IPA II.....	37
Tabela 3.2 - Alocação indicativa de fundos IPA II no Kosovo para 2014-2020 .....	38
Tabela 3.3 - Probabilidade e benefícios de entrada do Kosovo em organizações das Nações Unidas.....	40
Tabela 4.1 - Indicadores macroeconómicos seleccionados do Kosovo comparativamente aos países da UE-28.....	52

## INTRODUÇÃO

A escolha do tema desta dissertação passou por várias fases antes da sua definição. A minha primeira ideia seria a de analisar não só o Kosovo, mas também o Montenegro, pelo facto de serem dois países recentes, cuja análise económica não fora ainda muito aprofundada. No entanto, este enquadramento teria várias dificuldades: escolher dois países não facilitaria qualquer tipo de análises conjuntas dado que é uma amostra insuficiente para retirar quaisquer conclusões estatísticas, e também acabariam por necessitar de uma duplicação de todas as análises. A principal dificuldade foi sinalizada na primeira reunião que mantive com o orientador deste projeto, que me alertou para o facto de que as realidades dos dois países são demasiado diferentes para serem tratadas de forma conjunta e, portanto, deveria dirigir esforços apenas para um deles.

Assim, esta dissertação passou a ter como ponto de referência apenas o Kosovo, que traria vários motivos de interesse, dada a realidade muito específica em que se encontra, desde o não reconhecimento da sua independência por parte ainda de um número significativo de estados, até à presença de várias etnias no território, com diferentes entendimentos em relação a quem o mesmo pertence. Tudo isto acabou por, não só escolher fazer uma análise geral ao Kosovo, mas também a debruçar-me sobre estas circunstâncias especificamente.

Logicamente, apesar da definição mais clara da temática facilitar o estudo, muitas das dificuldades inicialmente identificadas mantêm-se: a escassez de dados relativos ao Kosovo antes da sua declaração de independência, assim como o elevado nível de corrupção em instituições públicas, que irei explorar mais à frente.

Outro ponto de interrogação seria a escolha do setor público a analisar, ou se essa análise recairia sobre todo o setor público. Considerarei que, por motivos de eficiência, a escolha de setores cruciais seria importante para balizar o objeto de estudo, não retirando da equação um olhar sobre qualquer uma das outras, caso se revelasse pertinente.

No âmbito da realização desta tese, é importante destacar que, para completar uma vertente que considero crucial, o estudo de campo, realizei uma viagem ao Kosovo, mais concretamente a três cidades distintas: Pristina, Prizren e Mitrovica/Mitrovicë. Durante a estada no Kosovo, foi feita uma extensa entrevista com um informante privilegiado, a qual referenciarei no final da revisão de literatura, assim como observação presencial da realidade

no país e conversas informais, que enriqueceram a minha percepção da mesma e permitiram que focasse a minha atenção em fatores que não havia considerado previamente à viagem.

O Capítulo I (Metodologia) estabelecerá a metodologia utilizada nesta dissertação, detalhando-a.

O Capítulo II (Enquadramento) funcionará como uma visão geral sobre a situação atual do Kosovo, de forma a enquadrar o leitor na realidade kosovar à data de escrita desta dissertação. Ainda que geralmente não seja recomendada a utilização de um enquadramento desta dimensão, considereei que, para entender de forma razoável o cenário em questão, alguns pressupostos deveriam ser compreendidos previamente aos seguintes aprofundamentos.

O Capítulo III (Revisão de Literatura) pretende ser um afunilamento do capítulo anterior em direção àquilo que concerne diretamente o tema da dissertação, utilizando as mais variadas fontes literárias para compreender quais os desafios e dificuldades do Kosovo entre o pós-guerra, a declaração de independência e a atualidade, assim como o que existe em redações científicas que possa ser ligado à relação entre estas e a indefinição estatutária kosovar.

No Capítulo IV (Análise Empírica), através de algumas entrevistas semi-estruturadas, assim como de uma análise de um conjunto de dados pertinentes, apoiados por uma metodologia adequada, tentar-se-á chegar à hipótese colocada pela tese, assim como pontos de discussão levantados pelos resultados obtidos.

A conclusão, finalmente, abordará uma perspectiva mais generalizada sobre tudo o que foi escrito e analisado, findando com uma secção sobre questões pertinentes para o presente e para o futuro.

## CAPÍTULO I – METODOLOGIA

De forma a alcançar uma conclusão sobre a hipótese estabelecida - se a indefinição internacional do estatuto do Kosovo tem um impacto nas políticas públicas - foi decidido construir uma análise empírica com duas fases.

Primeiramente, apresentar-se-ão as entrevistas, que foram, como já descrito, realizadas num formato semi-estruturado: as vantagens deste tipo de entrevistas prendem-se com a liberdade dada ao entrevistado de desenvolver as ideias para além de um conjunto de questões fixas, permitindo deambular por várias temáticas que o entrevistado considere pertinentes, algo que faz todo o sentido numa dissertação deste género. A maior desvantagem é obviamente a menor fiabilidade de um eventual tratamento estatístico, mas a colocação dessa secção num formato semelhante nunca correspondeu ao desiderato do autor da dissertação, daí a não opção pela criação de um questionário restrito e fechado.

De seguida, apresentar-se-á a análise estatística. Devido à escassez de países que possam ser utilizados como termo de comparação seria sempre uma tarefa infrutífera realizar uma análise de teor econométrico, como é típico neste estilo de dissertações, ou que envolvesse uma tentativa de descortinar uma correlação entre os vários fatores. Assim, considerou-se mais pertinente realizar uma análise composta, que permita chegar o mais perto possível da hipótese proposta por esta dissertação.

O primeiro passo consiste em selecionar um grupo de indicadores, divididos em três categorias: indicadores de eficiência do Estado, através dos dados do Banco Mundial para este propósito criados, indicadores que foram sugeridos na revisão de literatura relativamente a possíveis consequências da indefinição de estatuto e, finalmente, indicadores que foram destacados como alvos de melhorias na realidade do Kosovo.

O segundo passo é a recolha de dados relativamente a estes indicadores não só para o Kosovo, mas também para os outros cinco países dos Balcãs Ocidentais: Albânia, Bósnia e Herzegovina, Macedónia do Norte, Montenegro e Sérvia. O objetivo será compreender relativamente a quais destes indicadores o desempenho do Kosovo é distinto dos restantes países vizinhos. A não inclusão da Croácia e da Eslovénia neste comparativo está ligado à diferença de situações em relação ao grupo de países mencionado acima, dado que já são membros da União Europeia.



## CAPÍTULO II – ENQUADRAMENTO

### **a) O Kosovo na atualidade**

#### **i) A declaração de independência e o Estatuto do Kosovo**

Após longas décadas de conflito e indecisão, e, no seguimento da dissolução da Jugoslávia, o Kosovo declarou a independência da Sérvia em 2008. O rol de estados que reconheceram essa independência ainda é, à data de escrita deste documento, de 102 estados-membros das Nações Unidas (em adição a Taiwan, Ilhas Cook e Niuê), uma percentagem de 53% em relação ao número total de estados-membros. Entre os que não reconhecem o Kosovo como estado independente estão notavelmente cinco países da União Europeia (Chipre, Eslováquia Espanha, Grécia e Roménia), assim como a maioria dos países da América Latina (como Argentina, Brasil, Chile, México e Uruguai), a Rússia e, fulcralmente, Sérvia e Bósnia e Herzegovina (cuja população tem uma porção significativa – acima de 30% – de cidadãos de etnia sérvia). As razões para a recusa em reconhecer a independência do Kosovo apresentam-se em vários blocos:

- Por parte da Sérvia, que encara o Kosovo como um local sagrado da sua História, e argumenta que o território lhe pertence;

- Por parte dos cinco países da União Europeia mencionados acima, a recusa em reconhecer a independência do Kosovo é justificada nestes países devido a outras situações internas:

- Em Chipre, devido aos problemas étnicos que envolvem a divisão entre a comunidade de etnia grega, maioritária no sul do país, e a comunidade de etnia turca, predominante no norte do país, na zona que é conhecida como a República Turca de Chipre do Norte, um estado “de facto” reconhecido apenas pela Turquia
- Na Eslováquia, cuja minoria étnica húngara compõe 8% da população. As autoridades eslovacas temem que um reconhecimento do Kosovo possa impulsionar movimentos de secessão por parte desta comunidade. Simultaneamente, a Eslováquia mantém boas relações bilaterais com a Sérvia, apesar de existir cooperação a nível de bolsas entre Eslováquia e Kosovo.
- Em Espanha, onde se situa a maior oposição ao reconhecimento do Kosovo dentro da União Europeia. A situação política espanhola, que lida frequentemente com

movimentos separatistas situados no País Basco e na Catalunha, leva a que as suas instituições assumam uma posição de forte antagonismo em relação ao Kosovo.

- Na Grécia, que partilha uma herança ortodoxa com a Sérvia, ao mesmo tempo que teme que um reconhecimento da independência do Kosovo dê legitimidade a movimentos de secessão por parte da comunidade turca em Chipre. Ainda assim, existe alguma cooperação entre Grécia e Kosovo, em termos comerciais, assim como uma posição favorável à integração do Kosovo na UE e, como no caso eslovaco, bolsas para alunos kosovares em algumas universidades gregas. Inversamente ao caso espanhol, já existiu algum progresso em direção a um possível reconhecimento do Kosovo.
- Na Roménia, que também lida com situações de cariz étnico, principalmente no que toca à minoria húngara, nomeadamente na Transilvânia, assim como boas relações entre romenos e sérvios. Por outro lado, a Roménia também mostrou alguma abertura a um possível futuro reconhecimento. (Xhambazi, 2018: 8-12)

Adicionalmente, no ano seguinte à sua declaração de independência, o Kosovo consumou a sua entrada enquanto membro quer no Banco Mundial, quer no Fundo Monetário Internacional, fortalecendo o seu estatuto de nação independente perante o cenário geopolítico global. A participação do Kosovo em instituições internacionais será discutida mais aprofundadamente mais à frente.

## **ii) Conjuntura política**

Foi em 2002, ainda durante a administração das Nações Unidas, que surgiu o primeiro presidente kosovar fora do controlo sérvio. Pelo parlamento do Kosovo foi eleito Ibrahim Rugova, do Partido Democrático do Kosovo, que já havia liderado o governo na rebelde República do Kosova<sup>1</sup>, um proto-estado reconhecido na altura pela Albânia, antes de ser obrigado a exilar-se em Itália. Nesse mesmo ano, Bajram Rexhepi, que como vários membros do PDK fora parte do Exército de Libertação do Kosovo, foi também escolhido como o primeiro-ministro do Kosovo, iniciando-se aqui um processo de transferência de poderes das Nações Unidas para novas instituições independentes do Kosovo. Por outro lado, há que

---

<sup>1</sup> Nota do autor: “Kosova” é a tradução em albanês de Kosovo. Tomou-se a opção de manter a designação Kosovo para a referência ao estado a que se refere esta dissertação por ser a tradução portuguesa geralmente utilizada. No entanto, preferiu-se manter a designação Kosova para este proto-estado, destacando-se que fora utilizado o nome albanês, tal como é hábito fazer-se em traduções para a língua inglesa.



registrar que este processo não foi aceite de forma amigável pela população sérvia, levando inclusivamente a que, em 17 de março de 2004, tenham ocorrido na cidade dividida de Mitrovica [sq: Mitrovicë]<sup>2</sup> protestos que escalaram até confrontos entre cidadãos de etnia albanesa e sérvia, resultando em 27 mortos (11 de etnia albanesa e 16 de etnia sérvia) e destruição que afetou um número grande de casas e de igrejas ortodoxas sérvias (BBC, 2004). Estes protestos surgiram em resposta a dois casos de violência com motivações étnicas, tendo o primeiro ocorrido no dia 15, quando um adolescente de etnia sérvia foi morto a tiro em Čaglavica, e o segundo, quando, no dia seguinte, três crianças de etnia albanesa faleceram por afogamento no Rio Ibar, alegadamente perseguidas por um grupo de indivíduos de etnia sérvia, algo que nunca encontrou confirmação (OSCE, 2008: 4)(Daltveit, 2007: 109)

Em 2007, a UNMIK convocou eleições no Kosovo para a escolha daquele que seria o primeiro parlamento no pós-declaração de independência e que escolheria também, no ano seguinte, o primeiro presidente da República do Kosovo, que foi, na verdade, apenas uma extensão de mandato para Fatmir Sejdiu, da LDK, em coligação com o PDK. Foi, também, durante este mandato que se estabeleceu a primeira Constituição da República do Kosovo enquanto estado auto-declarado.

Nos termos da Constituição da República, a divisão de poderes é feita da seguinte forma: poder legislativo sob a tutela da Assembleia da República (AR), poder judicial exercido pelos tribunais e o poder executivo, pelo Governo. As eleições para o Parlamento do Kosovo sucedem-se de quatro em quatro anos, órgão este que está mandatado para eleger, através de voto secreto, o Presidente da República do Kosovo, que, após as eleições, deverá propor à AR um candidato para primeiro-ministro, após consulta com o partido maioritário que detém a maioria na AR (Constituição da República do Kosovo, 2008).

A estrutura do governo kosovar divide-se em 16 ministérios nacionais, e 38 municípios locais, com competências designadas na Lei. O orçamento dos municípios locais consiste em receitas municipais e em subsídios governamentais, que assumem a maioria do orçamento municipal – cerca de 10% do orçamento total do país (Governo do Kosovo).

---

<sup>2</sup> Nota do autor: Devido a todo o contexto histórico e geopolítico em que está envolvido o Kosovo, os nomes de localizações frequentemente têm dois nomes: um em língua albanesa (indicado aqui por “sq”), outro em língua sérvia (indicado aqui por “sr”). Durante esta dissertação se tentará esclarecer essa duplicidade onde pertinente. A exceção a este caso é Pristina, que tendo uma tradução em português do original (sr: Priština, sq: Prishtinë), torna tal método desnecessário.

De acordo com a Freedom House, as eleições mais recentes à data de escrita desta dissertação, ou seja, as eleições parlamentares de 2017, foram consideradas livres e democráticas pelas instituições internacionais, assim como a liberdade de associação e oposição, apontando apenas a influência do governo sérvio sobre a Lista Sérvia (em territórios com forte presença sérvia, os candidatos dos outros partidos foram alvo de intimidações).

No entanto, a corrupção continua a ser um problema de significância elevada: segundo o Índice de Percepção de Corrupção de 2018, elaborado pela Transparency International, o Kosovo aparece em 93º lugar entre 180 países, resultando em 37 pontos numa escala de 0 a 100 (com 100 a indicar o mínimo de percepção de corrupção). Em complemento, de acordo com o Portal Anti-Corrupção das Empresas GAN, as empresas deparam-se com práticas de corrupção no seu contacto com os serviços públicos kosovares – uma em cada cinco empresas prevê a necessidade de oferecer “luvas” para resolver questões burocráticas (GAN, 2017). De acordo com o mesmo relatório, continua a ser prática comum a oferta de subornos, mesmo em relação às instituições públicas, ainda que se louve a pouca existência de “red tape”, sendo relativamente célere o estabelecimento de uma empresa em território kosovar.

### **iii) Conjuntura económica**

Apesar de a existência de estatísticas para a realidade económica do Kosovo ser bastante limitada, principalmente no que toca ao período pré-declaração de independência, é possível, a partir dos estudos existentes sobre o período pré-guerra, depreender que a economia kosovar podia ser caracterizada como débil, como consequência da situação económica da Jugoslávia, que atravessava um período de hiperinflação (Korovilas, 2002: 110).

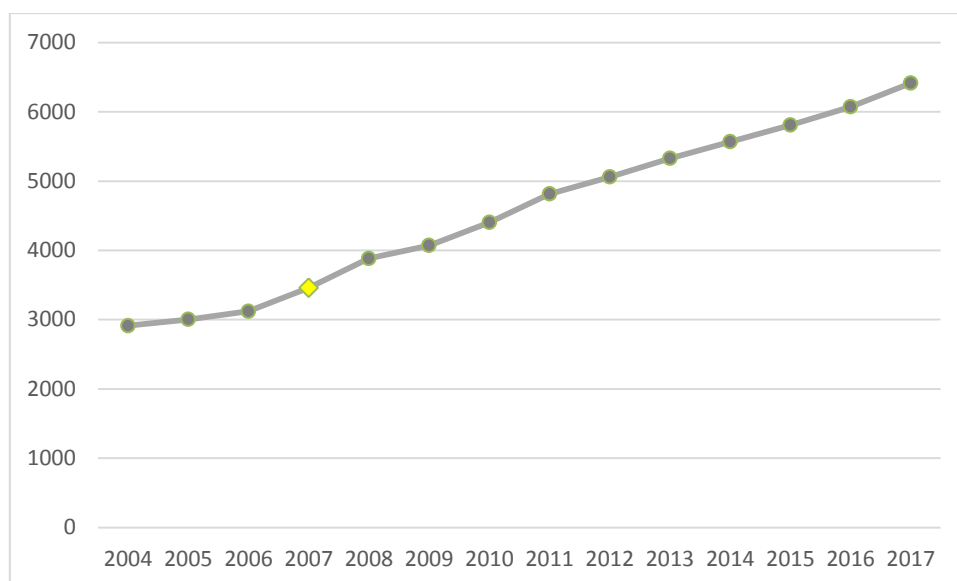
Durante os anos 90, a maioria dos países da Europa de Leste iniciaram uma transição de uma economia de doutrina socialista para uma economia de mercado, isto é, partindo de um sistema central em que toda a economia passava pelo Estado para uma economia de mercado onde uma proporção significativa da produção económica advém do setor privado e as tomadas de decisão são descentralizadas. Como a maioria das restantes nações da ex-Jugoslávia, no entanto, as guerras civis que despoletaram na região impossibilitaram a condução eficiente deste processo no Kosovo. No pós-conflito, no final do século XX, o Kosovo registava pouco desenvolvimento económico e uma realidade sociopolítica devastada por todos os eventos que sucederam nos anos 90. Foi apenas em 1999 que o Kosovo iniciou a sua transformação com vista a uma economia de mercado, auxiliado pelas instituições

internacionais, incluindo as Nações Unidas (no âmbito da UNMIK), a União Europeia e as instituições financeiras das quais o Kosovo iria fazer parte: o Banco Mundial e o FMI (Nezaj, 2012: 4-7).

Em 1999, através de um regulamento da UNMIK, o dinar jugoslavo deixou de ser a moeda obrigatória para transações em território kosovar (UNMIK, 1999), o que permitiu a que a partir dessa data fosse passível a utilização do marco alemão como moeda legal no Kosovo: este processo foi realizado unilateralmente e sem acordo prévio com o Bundesbank ou com o banco central de Belgrado. Assim, em 2002, iniciou-se o uso do euro como meio de pagamento, transformando-se eventualmente na moeda *de facto* do estado do Kosovo. Mais uma vez, no entanto, esta adoção foi executada de forma unilateral, não sendo o Kosovo parte constituinte da Zona Euro, não tendo assim qualquer controlo sobre as políticas a ela relativa por parte do Banco Central Europeu. Consequentemente, o Kosovo não possui quaisquer ferramentas no que concerne à sua política monetária, sendo que o principal instrumento ao seu dispor é a política fiscal (Maloku & Badivuku Pantina, 2011: 2-3) (Comissão Europeia, 2018: 41).

Da ambição do Kosovo em aderir à comunidade europeia resulta que a política económica existente seja sempre estruturada em direção às normas da UE: ainda que o Kosovo não cumpra, à data de escrita desta dissertação, totalmente os critérios de Copenhaga está, pelo menos, mais perto desse objetivo do que no início do processo (Hoti & Gërguri, 2017: 1015-1019).

No que concerne ao cenário macroeconómico dos últimos anos, o produto do Kosovo tem mostrado crescimento. No entanto, o PIB per capita continua abaixo dos outros países dos Balcãs Ocidentais e é, de acordo com dados do Banco Mundial, o quarto mais baixo da Europa (Banco Mundial, 2019). O défice da balança corrente decresceu em 2017, muito devido à subida na exportação de serviços, ainda que a balança comercial permaneça negativa, com um défice de 228 milhões de euros, segundo dados de março de 2018. Um sinal positivo continua a ser a relativamente reduzida dívida pública, que rondou, em 2017, os 16% do PIB (Comissão Europeia, 2018: 39-40) (Agência de Estatísticas do Kosovo, 2018).



*Figura 2.1 - Produto Interno Bruto do Kosovo a preços correntes (€, milhões) (Fonte: Eurostat, Agência de Estatísticas do Kosovo)*

## **b) Breve História**

### **i) Séculos XIII, XIV e a Batalha do Kosovo**

A conquista, julga-se que em 1216, de Prizren, por parte daquele que viria a tornar-se o rei Estêvão I da Sérvia marcou a primeira instância histórica de controlo quase total do território kosovar pelos sérvios, um processo que já se havia iniciado durante o período em que o seu pai, o grão-príncipe Estêvão Nemânia, conseguiu conquistar ao Império Bizantino toda a área oriental do Kosovo.

Posteriormente, o século XIV foi bastante atribulado na Europa de Leste: o início do reinado de Ducham marcou um período de grandes conquistas por parte da Sérvia, incluindo grande parte da Albânia e uma porção significativa do Norte da Grécia (com auxílio dos albaneses que se pretendiam vingar dos bizantinos) que culminou na constituição de um império sérvio, com capital em Escópia (Malcolm, 1998: 48).

Neste período, ocorre a entrada em cena do Império Otomano, que gradualmente começou a impor-se a partir da conquista de Bursa, em 1326, sob o comando de Orcano I, filho de Osmã I, tornando-a a sua capital, conseguindo, na década de 1340, o controlo de toda a região noroeste da Anatólia. Na Sérvia, a Ducham, que havia sido coroado como “imperador dos

sérvios e dos gregos”, sucedeu-se o reinado desastroso do seu filho Uresis, de 19 anos, que chegou ao poder depois da morte do seu pai, em 1355. Pouco experiente, Uresis não conseguiu impedir a divisão em massa dos territórios que estavam em posse sérvia por vários indivíduos. Eventualmente, o herzegovino Vukasin recebeu de Uresis o título de rei e viria a transformar-se no homem mais poderoso da Sérvia, com a complacência de Uresis, ao adquirir variados territórios, como Escócia e Prizren, entre outros. Kruševac, uma das regiões no centro da Sérvia, fora adquirida por Lazar Hrebeljanović, assim como, mais tarde, Pristina, enquanto que a família Balšić tomou poder de Peć [sq: Peja] e Prizren, todas estas terras seriam eventualmente capturadas por Vuk Branković, o principal rival de Lazar. (Malcolm, 1998: 49)

A queda da Sérvia continuou em 1371, após a batalha de Marica que teve como vítima mortal o czar Uros, que não tinha nenhum sucessor direto. A família Balšić, que se tinha apoderado de regiões na Albânia e em Montenegro, apoderou-se de Peć e Prizren, enquanto Lazar conquistou Pristina, terras que viria mais tarde a perder, mantendo toda a faixa norte da Sérvia e as regiões a leste do Kosovo onde se localizavam as prósperas minas, sendo o *de facto* regente da Sérvia, enquanto que o Kosovo passava a assumir um papel importante no comércio sérvio. Ao mesmo tempo, o Império Otomano (agora sob o sultão Murade I) continuava a crescer, após auxílio ao rei da Bulgária em 1366, que se tornaria seu vassalo, os otomanos venceram na batalha do Rio Maritsa em 1371 os sérvios, liderados por Vukašin, que acabou, tal como todo o seu exército, por perecer num cenário bélico de enorme carnificina. Como consequência, os príncipes dos Balcãs foram aceitando gradualmente suserania do Império Otomano, inclusive tendo a família de João V pedido auxílio ao sultão otomano para manter o trono, tornando-se também ele vassalo otomano. (İnalçık, 1973: 8-10)

De seguida, os otomanos começaram a viajar em direção a Oeste, chegando à costa albanesa em 1385, apoderando-se de Niš (que pertencia a Lazar) no ano seguinte e conquistando Salónica aos venezianos em 1387, que se afigurava um importante ponto estratégico devido ao seu porto. Em 1388, um numeroso exército turco atacou o sul da Bósnia, mas saiu derrotado contra o exército bósnio de Vlatko Vuković. É neste cenário que, para vingar este revés e continuar a avançar em direção à Europa, Murade decidiu avançar sobre o Kosovo.

Em 1389, ao campo de batalha, situado em Kosovo Polje [sq: Fushë Kosova], chegariam os dois exércitos – o de Murade, que pretendia continuar a conquistar territórios europeus e o de Lazar, composto por três grupos de homens: o seu, o de Vuković, que acedeu ao pedido de

auxílio de Lazar depois de ter derrotado o exército otomano na Bósnia, e o de Vuk Branković, que detinha a maioria do território kosovar e tentava evitar que fosse conquistado pelos otomanos. A maioria dos detalhes desta batalha são incertos, largamente porque os relatos dos acontecimentos divergem significativamente entre os historiadores turcos e os historiadores sérvios, mas tanto Lazar como Murade acabariam por morrer no campo e ambos os exércitos sofreram esmagadoras perdas, apesar de historicamente esta batalha ser reconhecida como uma das maiores derrotas sérvias de sempre, sendo que alguns historiadores, notavelmente Noel Malcolm contestam este desfecho. (Malcolm, 1997: 58-75)

Os sucessores dos líderes otomano e sérvio foram os filhos de Murade e Lazar, Bajazeto I e Lazarević, respetivamente, sendo que este último tornar-se-ia pouco depois vassalo dos otomanos, tendo a sua irmã Olivera casado com Bajazeto, formalizando um período de paz entre sérvios e turcos. Por esta altura, Branković ainda detinha a maioria do território kosovar, mas apesar de uma grande resistência perante as investidas turcas, uma delas que o obrigara a abandonar Escócia, que durou uma década, os territórios haveriam de ser ocupados pelos otomanos, num processo que conduziu à sua morte, e atribuídos a Lazarević (e mais tarde aos filhos de Branković, que haviam aceite a vassalagem aos otomanos). Durante as décadas seguintes, caracterizadas por vários confrontos entre exércitos húngaros e otomanos, a Sérvia subsistiu sob o nome primeiro de Sérvia Morávia, que mais tarde daria origem ao Despotado da Sérvia, que incluía os territórios kosovares. O Despotado existiu até 1459, quando foi invadido e conquistado pelo Império Otomano, terminando assim a existência oficial da Sérvia Medieval.

## **ii) Liga de Prizren e o Movimento Nacional Albanês**

Apesar de terem existido alguns grupos de albaneses a povoar o Kosovo no século XIII, crê-se que o aparecimento de povos de origem albanesa no território data do período entre o século XVII e o século XVIII, assumindo uma presença considerável que veio a crescer gradualmente até à ocupação maioritária. No entanto, é muito importante, por motivos históricos, assinalar o seguinte: existem historiadores albaneses que alegam que os albaneses descendem dos ilírios e que os dardânios, povo que ocupava uma região entre a Ilíria e a Trácia, por serem um povo ilírio (algo que é disputado, dado que permanece incerto se os dardânios de facto o eram ou se eram um povo de origem trácia) lhes são também ascendentes. A relevância desta questão advém do facto de que os dardânios habitavam uma significativa porção de território nos Balcãs, quer no Kosovo, quer no norte da região

macedónia, quer no sul da Sérvia, entre o séc. IV a.C. e o séc. I a.C.. Já durante a existência do Império Romano, após este território ter sido conquistado ao reino com o mesmo nome, foi criada uma província denominada Dardânia, em homenagem ao povo dardânio que a havia ocupado, que incluía territórios hoje pertencentes ao Kosovo, assim como Escópia, atualmente capital da Macedónia do Norte, e Niš, atualmente na Sérvia (Vickers, 1998, através de Kosovo.net).

O surgimento daquilo a que se nomeou o “renascimento nacional” albanês ocorreu nas últimas décadas do século XIX. Malcolm (1998: 217-219) refere que o início deste movimento esteve longe de ser um movimento unido e que advém das ambições de vários grupos distintos: o povo de Malësi, que pretendia defender o seu direito à auto-governança perante as reformas de gestão otomanas; um segundo, apoiado pelo líder dos Mirdita, cujo objetivo era a criação de um principado albanês católico parcial ou totalmente independente; e um terceiro, pensado pelas comunidades de emigrantes albaneses, mais notavelmente pelos Arbëresh, que estavam localizados em Itália (criando, inclusivamente, um comité de libertação, em Milão e Cosença), e, mais tarde, pela família Frashëri, parte da comunidade albanesa de Istambul, com a finalidade de criar um estado albanês com total independência.

Em 1878, como consequência da guerra russo-turca que tinha culminado com a vitória da Rússia sobre o exército otomano e com a exigência do czar russo em que o Império Otomano lhe cedesse porções de território da Rumélia e da Anatólia, em conjunto com as perdas territoriais albanesas para estados vizinhos, os albaneses organizaram-se com vista a defender o seu território (Gawrych, 2006: 38). Teria lugar em junho deste mesmo ano, uma reunião em Prizren, no Kosovo, que, por impossibilidade de presença de representantes de todos os territórios albaneses, era composta principalmente por representantes do Kosovo e dos Malësi, e cuja conclusão veio com o anúncio da criação de uma organização militar que pretendia impedir a ocupação de algum dos territórios albaneses, e ficaria conhecida como a Liga de Prizren. Na década seguinte assistiu-se a vários desenvolvimentos nesta região: primeiro o conflito entre a Liga e os otomanos, cujos interesses eram obviamente divergentes, que resultou na prisão e extradição de Abdyl Frashëri, e na deportação e condenação de outros vários membros proeminentes da Liga e também no crescente antagonismo entre os cristãos e muçulmanos no Kosovo, onde a qualidade de vida era diminuta (Malcolm 1998: 222-228).

Nas décadas de 1880 e 1890, também, surgiu um movimento nacionalista macedónio, com vista à criação de uma Macedónia autónoma, incluindo alguns territórios de população

albanesa, como o Kosovo, que levaria a que os albaneses das quatro áreas sob risco de ocupação se organizassem em 1899, formando-se assim a Liga de Peja, com o objetivo primário de defesa territorial (Malcolm, 1998: 231-233). Na década seguinte, com o surgimento dos Jovens Turcos, novo conflito se iria formar: primeiramente, os Jovens Turcos haviam conseguido, em 1908, a anuência dos líderes albaneses do Kosovo para que se mantivessem no seu território, sob as promessas de que iriam obter os privilégios que haviam tido no passado e que iriam respeitar os desejos do Sultão. Na realidade, muitas das promessas feitas não teriam sido cumpridas, na visão do povo albanês do Kosovo. A deposição do Sultão pelos Jovens Turcos e a imposição de novos impostos também pelo mesmo grupo levaria a várias revoltas nos anos seguintes, as primeiras, em 1909 e 1910, não foram bem-sucedidas, com ações de grande violência do exército otomano sobre o povo albanês do Kosovo (Malcolm, 1998: 236-245). Em 1912, no entanto, a organização albanesa e a quantidade de cidadãos armados que surgiram dela acabariam por levar a que os rebeldes albaneses impusessem ao Império Otomano uma lista de exigências, que foram aceites na totalidade – entre outras, estas exigências incluíam o estabelecimento de escolas albanesas e a restrição do serviço militar ao território do Kosovo (Shaw, 2002: 293).

### **iii) As Grandes Guerras e o Kosovo na era de Tito**

Em 1912, numa altura em que a insatisfação albanesa com as condições dadas pelo Império Otomano estava em franco crescendo, o exército sérvio, contando com a ajuda da Bulgária, da Grécia e de Montenegro, conseguiu com sucesso derrotar o exército otomano no Kosovo e conquistar o território, que ficaria dividido entre Sérvia, principalmente, e Montenegro (que receberia os territórios de Peć, Dečani e Đakovica), num processo que causou a morte de dezenas de milhares de cidadãos albaneses, com um número ainda maior a ter abandonado o território nos anos seguintes. Após vários desenvolvimentos durante a I Guerra, a Sérvia conseguiu impedir que os Poderes Centrais ocupassem o Kosovo, que, eventualmente, em 1918, seria incorporado (tal como a região da Voivodina) no Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos (Malcolm, 1998: 251-264).

A anexação italiana da Albânia em 1939 reuniu condições para que, no ano seguinte, a Itália, lançando um ataque sobre as forças jugoslavas, conseguisse ocupar o Kosovo, durante o reinado de Vítor Emanuel III. O território kosovar fora novamente repartido entre Bulgária (região oriental do Kosovo), Alemanha (região norte do Kosovo) e Itália. Na verdade, as regiões que estavam sob o controlo italiano haveriam depois, em 1941, de ser entregues ao



reino da Albânia, que ele próprio era comandado pelo rei italiano. No entanto, a queda de Itália em 1943 levaria a que os exércitos alemães pudessem invadir a Albânia, mas no ano seguinte, a secção do exército alemão que estava a cargo da ocupação das regiões dos Balcãs, o Grupo de Exércitos E da *Wehrmacht*, reduziu-se em números e foi finalmente derrotado pelos exércitos búlgaros, jugoslavos e albaneses, no evento que ficou conhecido como a Operação do Kosovo, tendo como resultado a anexação do território kosovar à Sérvia, que compunha parte da Jugoslávia. O Kosovo faria assim parte do Titoísmo jugoslavo.

Nas primeiras décadas da Jugoslávia de Josip Broz Tito, uma das maiores prioridades recaía na organização do território: desde o início que ficaria estabelecido que a Jugoslávia seria caracterizada como um só estado composto por seis repúblicas (Bósnia e Herzegovina, Croácia, Eslovénia, Macedónia, Montenegro e Sérvia), inspirado no modelo da União Soviética (Arnold & Wiener, 2012: 16). Tito, mantinha, na década de 1940, uma relação de cooperação com o primeiro-ministro albanês Enver Hoxha (alguns historiadores, como Malcolm, argumentam que Hoxha era na verdade um subserviente de Tito durante esta altura), que terminou aquando da quebra de relações entre Estaline e Tito em 1948, também devido à tentativa de unificação entre a Jugoslávia e a Albânia. Hoxha, que se manteve fiel a Estaline, viu a Albânia a ser, a partir daqui, vista com desdém por parte da Jugoslávia e acusada de trair a Jugoslávia ao colocar estrategicamente armas no Kosovo (Malcolm, 1998: 315-320).

Na década de 1960, no entanto, para além da introdução da nova constituição jugoslava, surgiu uma nova direcção estratégica na gestão da Jugoslávia, por parte de Tito, numa tentativa de reunir aliados frente ao poder soviético: depois de uma sucessão de concessões feitas à Albânia, ao Kosovo foi atribuído o estatuto de região semi-autónoma, com poderes quase equivalentes ao de um estado soberano. Várias medidas foram tomadas entre 1968 e 1974 com vista a ampliar a autonomia do Kosovo: a permissão dos kosovares de etnia albanesa de utilizar a bandeira da Albânia enquanto símbolo de identidade nacional, a remodelação no sistema educativo, ao qual me referirei em maior extensão mais à frente, entre outras. E na Constituição da Jugoslávia, às regiões do Kosovo e Voivodina foi atribuído um estatuto muito próximo daquele de que beneficiavam as seis repúblicas jugoslavas, incluindo a concessão de que esses dois territórios pudessem ter a sua própria constituição – ainda que, constitucionalmente, fizessem parte da Sérvia (Malcolm, 1998: 323-328).

#### **iv) Milošević e o fim da autonomia**

A morte de Tito, em 1980, levou a que as crescentes contestações sérvias ao estado de coisas nos Balcãs Ocidentais subissem de tom e, em 1986, a vinda a público daquilo que seria conhecido como o Memorando, por parte da Academia de Ciências da Sérvia, onde constava que desde 1981 os albaneses no Kosovo teriam começado uma guerra contra os sérvios (algo que correspondia à retórica sérvia que vinha da década anterior, de que os albaneses praticavam crimes violentos com frequência contra os sérvios no Kosovo), causou uma fricção ainda maior nas relações entre Sérvia e Albânia. Em 1987, um grupo de ativistas sérvios e montenegrinos preparou um protesto em Kosovo Polje em defesa dos interesses dos cidadãos de etnia sérvia no Kosovo: o presidente da Sérvia, Ivan Stambolić, que havia sido convidado a comparecer, enviou o seu aprendiz e deputado sérvio, Slobodan Milošević, como orador, para lidar com a multidão. Durante uma sessão de discursos por parte de cidadãos sérvios a Milošević, um intenso desaguado entre a multidão de sérvios, que não haviam conseguido entrar no recinto, e a polícia de etnia albanesa despoletou, algo que eventualmente levou a que Milošević, perto do foco de conflito, tenha declarado às câmaras que “ninguém ousará em bater num de vocês”, referindo-se à população de etnia sérvia. Posteriormente a este acontecimento, a célere subida à presidência do Partido Comunista Sérvio (*Savez Komunistička Srbija* – SKS) seria inevitável, acabando por suceder a Stambolić, ainda no mesmo ano. A oratória nacionalista de Milošević dar-lhe-ia uma grande sustentação popular, rapidamente colocando membros da sua doutrina como líderes do SKS, no Montenegro e na Voivodina, tornando-se incontornável o que viria a acontecer de seguida: em 1989, Milošević reuniria a assembleia provincial do Kosovo, com a participação de grande número de convidados, constituídos por elementos policiais e partidários sérvios, com a finalidade de passar as emendas constitucionais pretendidas. O Kosovo perderia assim o estatuto de região semi-autónoma e passaria a estar completamente sob o controlo de Milošević e da Jugoslávia (Malcolm, 1998: 335-344).

## **c) A Intervenção externa e o UÇK**

### **i) Enquadramento**

A intervenção internacional no Kosovo é algo que tem merecido muita discussão, quer interna quer externamente. Primeiramente, em 1999, surgiu a intervenção da NATO, com o intuito de proteger os cidadãos kosovares de etnia albanesa do regime de Slobodan Milošević, através de bombardeamentos que perduraram por um período de 11 semanas. Esta fora a primeira vez que a NATO havia usado as suas forças armadas de forma sustentada e consistente e também a primeira vez que houve registo de bombardeamentos num país com o objetivo de contrariar crimes contra a Humanidade cometidos dentro do seu espaço geográfico (Roberts, 1999: 102). A pertinência e as motivações da ação da NATO geraram muita discussão. Por um lado, é impossível não reconhecer que existiram ataques aos direitos humanos cometidos pelo regime de Milošević sobre as pessoas de etnia albanesa que viviam no Kosovo, ainda que alguns autores levantem dúvidas sobre se a magnitude dessas atrocidades previamente à entrada em cena da NATO tenha sido suficiente para justificar intervenção humanitária e outros como Charney (1999) considerem que também houve indivíduos ligados ao outro lado da barricada, principalmente o Exército de Libertação do Kosovo, a cometer atos de terrorismo contra os sérvios e as autoridades jugoslavas. Por outro, existem dois fatores a ter em conta: se a solução adotada encontrou correspondência no problema encontrado e se as intenções da NATO ao intervir foram de base totalmente humanitária.

No que concerne à solução adotada, existiram dificuldades em aceitar que utilizar bombardeamentos tenha sido a melhor forma de abordar o problema, se, de facto, este tiver sido salvaguardar a segurança dos cidadãos kosovares (Wippman, 2001: 148-149). As consequências foram inúmeras: a HRW (2000) estima que entre 57 e 60 por cento das mortes de civis causadas pela intervenção da NATO foram dentro do Kosovo e que muitas dessas mortes foram resultado da falha na distinção entre refugiados kosovares que fugiam do território e forças militares (numa instância, 73 refugiados morreram após ataques na estrada de Gjakova-Deçan [sr: Đakovica-Dečane] no Kosovo): estas mortes de civis ficariam referenciadas como “danos colaterais”, algo que deteriorou a imagem da NATO neste processo (Guardian, 1999).

## **ii) Missão de Administração Interina das Nações Unidas no Kosovo – UNMIK**

O envolvimento das Nações Unidas levou ao estabelecimento da Missão de Administração Interina das Nações Unidas no Kosovo, geralmente referido como UNMIK, em junho de 1999. A estrutura da UNMIK foi construída num formato sem precedentes (Matheson, Yannis, através de Friedrich, 2005: 237-238), constituída por vários pilares, cada um associado a uma das diferentes áreas de intervenção, previstas na Resolução 1244<sup>3</sup>, do Conselho de Segurança das Nações Unidas: estabelecer uma administração civil interina funcional, promover o estabelecimento de autonomia substancial e auto-governo e facilitar um processo político que determinasse o estatuto internacional futuro do Kosovo (Lemay-Hébert, 2009: 67-68). O primeiro pilar assegurava a provisão de auxílio humanitário e estava a cargo do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (UNHCR), o segundo geria a administração civil e estava a cargo das Nações Unidas, o terceiro tinha o objetivo de alcançar a democratização e o estabelecimento de instituições sob a tutela da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) e o quarto que tinha o objetivo de reconstruir economia e infraestruturas, que estava a cargo da União Europeia (eventualmente, o primeiro pilar foi substituído pela administração policial e judicial, juntando-se ao segundo na tutela das Nações Unidas).

A existência da UNMIK foi, inicialmente, saudada pela maioria da população kosovar, que preferia estar sob uma administração internacional do que sob uma administração sérvia. No entanto, a popularidade da UNMIK perante a população foi decrescendo ao longo dos anos, estando acima dos 60% em novembro de 2002 e pouco acima dos 20% quatro anos depois (Lemay-Hébert, 2009: 68). As razões para a insatisfação dos kosovares em relação à UNMIK prendiam-se com o atraso na clarificação do estatuto do Kosovo, as condicionantes do auxílio e das políticas prestadas e as práticas da presença internacional que apresentavam lacunas na vertente democrática (Visoka, 2009: 99-100), em conjunto com a falta de progresso nos índices de desenvolvimento, incluindo as altas taxas de mortalidade infantil e de desemprego e o fraco sistema de educação que subsistia no país (Lemay-Hébert, 2009: 69). Os grupos de

---

<sup>3</sup> Nota do autor: A Resolução 1244 continha um ponto importante que serviu como argumento da facção sérvia relativamente ao estatuto do Kosovo: “Os Ministros dos Negócios Estrangeiros do G8 adotaram os seguintes princípios gerais em relação à solução política da crise do Kosovo: (...) um processo político em direção ao estabelecimento de um acordo de enquadramento político interino para um governo auto-sustentável substancial para o Kosovo, tendo em conta os Acordos Rambouillet e os princípios de soberania e integridade territorial da República Federal da Jugoslávia e outros países da região” (NATO, 1999)

resistência locais formados durante o regime de Milošević com o intuito de combater a ocupação sérvia no Kosovo, viraram também as agulhas para a UNMIK, influenciando também a visão da população geral sobre a intervenção externa com as suas ações.

### **iii) Missão da União Europeia para o Estado de Direito no Kosovo – EULEX**

Em 2008, através do programa da UNMIK, surgiu a Missão da União Europeia para o Estado de Direito no Kosovo, conhecida como EULEX. Esta missão tinha como objetivo prioritário “apoiar as instituições (...) nos seus progressos na via da sustentabilidade e da responsabilização, bem como no desenvolvimento e reforço de um sistema judicial independente (...), assegurando que estas instituições não sofram interferências políticas e adiram aos padrões internacionalmente reconhecidos” (EULEX-Kosovo).

Muitas das críticas que foram apontadas pela população kosovar em relação à UNMIK encontram também um reflexo na EULEX, tais como a perda de soberania, a diminuição da autonomia das instituições locais e a falta de eficácia no cumprimento dos objetivos que estabeleceu. No entanto, a mais notável contestação às ações no âmbito deste programa é o facto de que, muitas vezes, casos envolvendo entidades administrativas nacionais sejam ignorados, muito porque a escala de prioridade à qual a União Europeia eleva a estabilidade política leva a que tê-la como alvo poderia prejudicar a estabilidade do Kosovo enquanto Estado (Zupančić et al., 2017: 608). Os kosovares de etnia albanesa sublinham que a luta contra a corrupção deveria ter sido a principal prioridade da EULEX e a expansão do seu raio de ação para outras áreas apenas diminuiu a eficiência do programa nesta ótica (Mahr, 2018: 87). Por outro lado, a percentagem de kosovares sérvios que se mostraram agradados com a EULEX é muito reduzida, principalmente devido à opinião generalizada de que este projeto estaria enviesado à partida devido à concordância com a visão de um Kosovo independente (Zupančić et al., 2017: 608).

### **iv) O Exército de Libertação do Kosovo – UÇK**

Dada a natureza do estatuto do Kosovo nas últimas décadas, foram formados alguns grupos que têm o objetivo de defender as ideias nacionalistas kosovares, quer através de atos de manifestação, quer através de atos de violência.

O principal grupo nacionalista kosovar denominava-se Exército de Libertação do Kosovo (conhecidos pela sigla UÇK – *Ushtria Çlirimtare e Kosovës*). Formados no início dos anos 90, enquanto sucessores de uma organização que já atuava desde os anos 80 sob a nomenclatura de Movimento Popular pela República do Kosovo (LPRK) e, mais tarde, Movimento Popular do Kosovo (LPK), o UÇK destacou-se pela participação na Guerra do Kosovo enquanto interveniente direto, com um objetivo claro: a defesa do Kosovo perante o regime jugoslavo, considerado opressor dos kosovares albaneses, sob a ideologia da formação da Grande Albânia (ao mesmo tempo, na Sérvia, grupos nacionalistas clamavam pela formação da Grande Sérvia).

O primeiro aparecimento público do UÇK sucedeu em 1997, durante o funeral de um professor que havia sido alvejado pelas autoridades sérvias, onde um dos fundadores do grupo, Rexhem Selimi, declarou a intenção de combater as forças do regime sérvio e de proteger os civis do Kosovo (Bekaj, 2010: 20). Na verdade, este acontecimento apenas despoletou a vinda do grupo a público, porque o próprio grupo havia considerado pertinente passar à ação pondo fim à “diplomacia submissiva” do Kosovo perante a Sérvia que consideravam não ter trazido qualquer resultado prático (Perritt Jr., 2008 através de Bekaj, 2010).

Apesar de, já nessa altura, o UÇK ter chamado a atenção internacional, inclusive com Robert Gelbart, enviado do presidente norte-americano Bill Clinton ao Kosovo, a declarar que se tratava de um grupo terrorista (não obstante a posterior revelação de que o UÇK fora apoiado pela NATO e ajudado pela CIA), o assassinato do membro Adem Jashari e da sua família por parte das forças sérvias despoletou uma onda internacional de apoio albanês ao grupo que rapidamente passou de uma centena de associados a uma dezena de milhar. A expansão do UÇK aumentou a dimensão do conflito entre estes e as autoridades sérvias, por quem os cidadãos albaneses começaram a sofrer tratamento diferenciado, conduzindo a um elevado número de mortes de cidadãos kosovares albaneses (Bekaj, 2010: 21-23). Este escalar do conflito, ao mesmo tempo que muitos membros do UÇK começaram a estabelecer instituições paralelas, foi um dos principais motivos que levou este estado de coisas aos ouvidos internacionais e, por fim, resultou na intervenção da NATO.

O UÇK acabou por cessar funções oficialmente, mas não só à organização se sucedeu uma outra de carácter oficial – os Corpos de Proteção do Kosovo (TMK) – que funcionou entre

1999 e 2009 e fora criada através da UNMIK, como vários membros acabaram por ascender a posições institucionais e partidárias kosovares no pós-conflito.





## CAPÍTULO III - REVISÃO DE LITERATURA

### **a) A Situação do Setor Público no Kosovo**

#### **i) Na Saúde**

O setor da saúde do Kosovo tem uma longa e complicada história no século XX, não só pelas alterações políticas na própria Jugoslávia, mas também pela própria divisão interna cuja influência nos conflitos geopolíticos da região acabou também por afetar esta vertente.

Apesar da pesada influência do altamente centralizado modelo Semashko, de origens soviéticas, a Jugoslávia adaptou este modelo a uma versão mais condizente com a orientação política do seu regime, com bons resultados, incluindo no Kosovo que viu um decréscimo significativo nas taxas de mortalidade entre 1974 e 1990 (Percival & Sondorp, 2010: 3-4). É importante afirmar que, não obstante a ideia generalizada de que este modelo tinha como base o sistema soviético, autores como Sarić e Rodwin (1993: 231), alegam que o modelo para a Saúde na Jugoslávia era semelhante àquele existente em países como Espanha ou Portugal.

As alterações no estatuto do Kosovo enquanto comunidade autónoma, em 1989, vieram alterar completamente o panorama da organização das instituições da Saúde no Kosovo. A obrigação de todas as instituições de saúde localizadas em território kosovar de reportar diretamente a Belgrado levou a alterações profundas: a maioria dos trabalhadores de saúde de etnia albanesa deixaram os seus postos, incluindo especialistas das diversas áreas (Percival & Sondorp, 2010: 4). Para combater estas transformações foi fundada em 1990, no Kosovo, a sociedade Madre Teresa, que pretendia funcionar como o projeto de Saúde de um Kosovo paralelo, liderado pelos kosovares de etnia albanesa (HPN, 2002).

Entre 1990 e 1999, a organização conseguiu estabelecer uma rede de mais de 90 clínicas públicas, com números na ordem dos 1000 profissionais e 7000 voluntários, com o acréscimo da criação de clínicas privadas por médicos kosovares de etnia albanesa, da criação de filiais em outros países (HPN, 2002) e de uma universidade de medicina paralela (devido inicialmente ao encerramento da universidade de medicina de Pristina e depois à impossibilidade de obter formação em albanês), da qual se licenciaram cerca de 1800 pessoas, entre médicos e enfermeiros. Apesar disso, apontam Percival e Sondorp (2010: 4), a falta de acesso às infraestruturas clínicas por parte dos estudantes desta nova universidade levou a que

o conhecimento adquirido fosse exclusivamente teórico, com o conhecimento prático a ser limitado e, em larga medida, desconhecido.

Os efeitos desta cisão foram graduais – Jones (1993: 112-114) escreveu sobre a situação da Saúde no Kosovo nos primeiros anos após a perda do estatuto de autonomia da região, constatando, por exemplo, a não aceitação de pacientes com doenças psicológicas crônicas por não compreenderem o idioma sérvio e as filas intermináveis à porta da clínica de ginecologia, concluindo que os albaneses declaravam que “o dano causado pela disrupção do sistema de Saúde foi maior do que o que qualquer sanção faria”.

Na sequência dos bombardeamentos da NATO, em 1999, sucedeu-se uma crise de refugiados no Kosovo, principalmente no que concerne os kosovares de origem albanesa, muitos voltando aos países em redor, incluindo a própria Albânia, algo que abalou o sistema de Saúde desse país que necessitou de auxílio internacional para conseguir lidar com a afluência dos refugiados em número elevado aos hospitais albaneses (Nuri, 2002: 12-13).

Relativamente ao pós-guerra no Kosovo, o cenário era, ainda, mais desolador: por um lado, as estruturas relativas ao projeto Madre Teresa foram praticamente todas destruídas durante a guerra, assim como algumas das clínicas privadas paralelas, por outro, nas clínicas públicas, muito do equipamento e do material foi roubado e as estruturas denotavam sinais de forte negligência. Em cima disto, no pós-guerra, os profissionais de etnia sérvia abandonaram o país, enquanto os de etnia albanesa voltaram a assumir as estruturas públicas do Kosovo, mas depararam-se com uma infraestrutura repleta de problemas com muitos dos hospitais a serem incapazes de sustentar fontes consistentes de água e eletricidade, em acréscimo à falta de recursos humanos, fora da área urbana (Percival & Sondorp, 2010: 5). Tudo isto redundou num país com um claro défice de acesso aos cuidados médicos, com a taxa de mortalidade infantil mais alta da Europa, assim como altas taxas de tuberculose e cancro do pulmão, entre outras doenças crônicas, como se irá aprofundar mais à frente.

Com a entrada em cena da UNMIK no pós-guerra e o regresso de vários refugiados kosovares de etnia albanesa, uma das prioridades das instituições internacionais foi a reconstrução do sistema de saúde kosovar. Após a constituição de *guidelines* em colaboração com a OMS, as novas instituições criaram um conjunto de reformas, privilegiando as reformas de longo-prazo. Ainda que a situação tenha melhorado em relação às décadas anteriores, no Kosovo ainda subsistem duas principais barreiras aos cuidados de saúde universais: o custo dos cuidados de saúde (de acordo com o Banco Mundial (2006), 28% dos inquiridos declararam

que não conseguiam obter acesso aos cuidados de saúde devido aos seus custos) e a corrupção nas instituições públicas (UNDP, 2013).

De acordo com um inquérito realizado pela UNDP (2013), os cidadãos que consultaram serviços médicos sentiram-se mais insatisfeitos após utilizar os serviços da UCCK (Centro Clínico Universitário do Kosovo) e dos hospitais públicos em comparação com as instituições de saúde privadas (níveis de insatisfação de 30%, 20% e 15%, respetivamente).

Simultaneamente, os níveis de gastos públicos na saúde afiguravam-se em 2,1% do PIB em 2013 (Ministério da Saúde do Kosovo, 2016: 28), registando-se um valor pouco abaixo dos 2,2% em 2018, tendo subido até pouco acima dos 2,4% no mais recente draft do Orçamento de Estado de 2019 (Ministério das Finanças do Kosovo, 2017: 17-60) (Ministério das Finanças do Kosovo, 2018: 20-43), valores que são incrivelmente diminutos, mais baixos do que todos os países da União Europeia em 2015 (Eurostat, 2018), ao mesmo tempo que o número de profissionais situava-se, em 2012, em menos 2 por 1000 habitantes do que a média da União Europeia e abaixo de Macedónia do Norte, Montenegro e Sérvia (Ministério da Saúde do Kosovo, 2016: 31), tendo inclusive o próprio primeiro-ministro kosovar declarado em 2018 que a área da Saúde fora negligenciada durante muito tempo (Gabinete do Primeiro Ministro do Kosovo, 2018). Entre outras preocupações fulcrais a resolver na área da Saúde inserem-se as taxas de mortalidade infantil, que, segundo dados de 2012, se situam quase três vezes acima da média da UE-28 (11,4‰ para 3,8‰) e, mais uma vez, acima de Albânia, Macedónia do Norte, Montenegro e Sérvia (Eurostat, 2018), e as taxas de tuberculose que em 2011 se situavam nos 41 para cada 100 000 habitantes no Kosovo, valores que novamente ficam acima dos registados para os quatro países acima listados, o que levou a que o caso do Kosovo tenha merecido especial atenção da Organização Mundial de Saúde, que assistiu no desenvolvimento de um programa específico para a análise da presença de tuberculose na população kosovar (Kurhasani et al., 2014: 57) (OMS, 2013: 14).

## **ii) Na Educação**

O impacto da volátil situação geopolítica do Kosovo na educação foi significativo, principalmente no que concerne à permissão para os cidadãos a obterem em língua albanesa. Nas últimas décadas de ocupação otomana e durante a ocupação austro-húngara (que ocorreu no período da I Guerra Mundial), a educação em albanês era uma realidade, ainda que muito

tímida, dado que no início do século apenas eram permitidas em escolas religiosas e seculares e apenas em 1916-18 se assistiu à abertura de escolas albanesas. No entanto, durante o período entre as Guerras, isto é, entre 1919 e 1939, as escolas de idioma albanês e os materiais de língua albanesa foram proibidos na Jugoslávia, o que acaba por justificar os pobres níveis de alfabetização da população de etnia albanesa— apenas um décimo dos kosovares de etnia albanesa sabia ler e escrever, enquanto que a população eslovena e croata demonstrava níveis acima dos 75% (Canada: Immigration and Refugee Board of Canada, 1997) (Curtis & Library of Congress, 1992: 113-114).

Durante a Segunda Guerra, sob ocupação italiana, e no pós-guerra, como parte da Jugoslávia, foi permitida a abertura de escolas de língua albanesa, culminando em 1969 com a inauguração da Universidade Albanesa de Pristina, que importava materiais da Albânia sob um acordo com a Universidade de Tirana, sendo que em 1981, cerca de três quartos dos alunos da Universidade de Pristina eram de etnia albanesa, ainda que o Kosovo se mantivesse como a região jugoslava com índices mais baixos de literacia. Em 1991, na sequência do histórico protesto estudantil, a parceria que ligava a educação do Kosovo à congénere albanesa foi anulada e os estudantes e professores que participaram nos protestos foram banidos. Como já visto na secção anterior, nesta década, depois da perda do estatuto semi-autónomo do Kosovo, a educação secundária e superior passou a ser obrigatoriamente lecionada em sérvio, sendo que mais tarde os kosovares de etnia albanesa passaram a ser impedidos de frequentar a Universidade de Pristina. Como resultado, foi criado um sistema paralelo de educação, com cerca de 300 a 450 mil estudantes a frequentar as instituições privadas paralelas em albanês (Curtis & Library of Congress, 1992: 115) (Canada: Immigration and Refugee Board of Canada, 1997).

Em 1996, o então presidente sérvio Milošević acordou com Rugova o regresso dos alunos de etnia albanesa às escolas kosovares. No entanto, o acordo nunca entrou em vigor e foi apenas em 1998, depois de mais uma onda de violentos protestos, que outro acordo foi assinado, permitindo, finalmente, a reintegração dos alunos de etnia albanesa às escolas kosovares e à Universidade de Pristina, mantendo, ainda assim, separados os alunos de etnia sérvia e albanesa, com as aulas direcionadas aos primeiros a serem realizadas de manhã e aos últimos, de tarde (Canada: Immigration and Refugee Board of Canada, 1997).

Após o final da guerra em 1999, toda a educação no Kosovo começou a ser reestruturada desde o ensino primário ao ensino superior: a idade de entrada no sistema escolar foi

reduzida, o número de anos de educação obrigatória foi aumentado, novos currículos de aprendizagem foram introduzidos e a recolha de dados estatísticos para a educação foi melhorada (UNICEF, 2004: 5).

Desde então que o cenário tem melhorado gradualmente, como perceptível pela Figura 3.1, ainda que o número de estudantes no ensino pré-escolar e nos ensinos primário e secundário inferior tenha sofrido um declínio no período entre 2008 e 2017, o ensino secundário superior tem se mantido constante e o número de alunos a entrar na universidade neste período tem crescido significativamente.

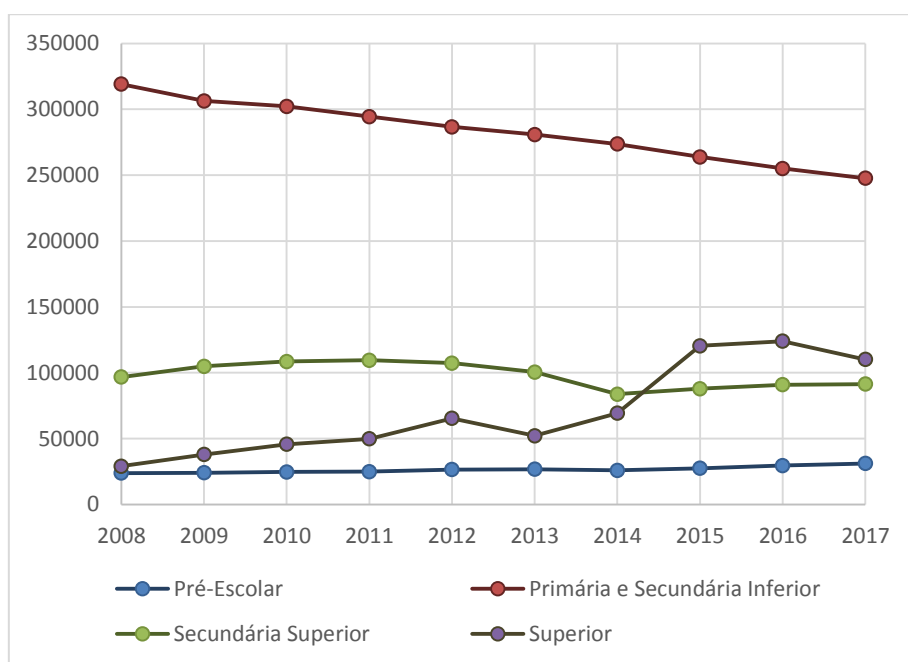


Figura 3.1 - Número de alunos por escalão escolar no Kosovo (Fonte: Agência de Estatísticas do Kosovo, 2018: 64-73)

### iii) Na Sociedade

Na sociedade do Kosovo mantêm-se desafios profundos no que toca à integração de minorias, tendo um relatório do Observatório dos Direitos Humanos (2018) constatado que cidadãos de etnia roma, ashkali e egípcia continuam a ter dificuldades na obtenção de documentos pessoais, afetando a possibilidade de acesso a cuidados básicos de saúde, educação e assistência social, apesar das tentativas de introduzir políticas com vista à sua integração na sociedade, cuja aplicação eficaz esbarrou na escassez de fundos públicos. Segundo o mesmo

relatório, a violência doméstica e a chegada de indivíduos deportados, com foco nos pertencentes às etnias acima listadas, permanecem graves preocupações para os organismos sociais do Kosovo, assim como as tensões étnicas entre kosovares de etnia albanesa e sérvia nos territórios divididos, no norte do Kosovo. Relativamente à integração de indivíduos LGBTQ+ registou-se a realização do evento October Pride, vanguardista dentro de território kosovar. No entanto, os relatórios de discursos de ódio na internet contra pessoas de orientações sexuais minoritárias cresceram e, à data de escrita desta dissertação, não está previsto na constituição o casamento homossexual.

#### **iv) Nos Outros Setores**

O setor agrícola é um setor que tem um grande peso na economia kosovar (somando cerca de 14% do PIB do Kosovo), algo que hereditariamente importa do seu passado jugoslavo (Curtis & Library of Congress, 1992: 144). Adicionalmente, mais de metade da terra no Kosovo é composta por terras agrícolas. Existe um conjunto de desafios significativos pela frente: não obstante a ajuda prestada pela União Europeia, que aloca um orçamento de 46 milhões de euros anuais, a rudimentaridade das técnicas agrícolas e a fraca competitividade da economia onde está inserida faz com que a agricultura do Kosovo necessite de uma reforma nos próximos anos, imperativa dada a dependência do produto do Kosovo neste setor. Existe um programa estratégico para o desenvolvimento rural e agrícola para ser completado até 2020. (Comissão Europeia, 2018: 66)

No setor industrial, a indústria mais significativa está na produção de alimentos processados cujas empresas perfaziam, em 2017, 26,2% de todas as empresas industriais no país, segundo um relatório do Ministério de Comércio e Indústria do Kosovo (2018). Também o caso das minas de Trepça [sr: Trepča] merece uma abordagem, que será feita mais à frente.

Na cultura, denota-se um decréscimo no número de filmes produzidos internamente, apesar do número ter estabilizado nos últimos anos à volta dos 45 filmes de produção kosovar. O número de espetadores nas salas de cinema cresceu, com mais de 60000 espetadores em 2016, em comparação com os menos de 50000 em 2008. A quantidade de bibliotecas decresceu no período 2008-2016, mas o número de obras recebido anualmente pelas mesmas registou um significativo acréscimo. Pelo lado negativo, as exposições de arte decresceram acentuadamente, assim como o número de visitantes. (Instituto de Estatística do Kosovo, 2018: 74-76)

O desporto kosovar tem beneficiado da declaração de independência, com a entrada, em 2016, da seleção e dos clubes de futebol do Kosovo nas competições organizadas pela UEFA (notavelmente a Liga dos Campeões e a Liga Europa), e pela FIFA, com a seleção masculina sénior a registar uma impressionante vitória no seu grupo da Liga das Nações da UEFA, tendo conquistado o direito de disputar, os play-offs de qualificação para o Campeonato da Europa da UEFA de 2020. O campeonato do futebol do Kosovo nos moldes atuais existe desde 2000, apesar de um campeonato paralelo não-oficial ter sido criado anteriormente, em 1990. No basquetebol, a federação do Kosovo foi aceite na FIBA em 2015, adicionalmente, desde 2013 que dois clubes kosovares disputam anualmente a Liga Internacional dos Balcãs, com o KB Prishtina a vencer a competição por duas vezes. O Kosovo é também membro do Comité Internacional Olímpico, com os Jogos de 2016 a terem marcado a estreia, inclusive com uma medalha de ouro no judo feminino de 52 kg, através da vitória de Majlinda Kelmedi. Desde 2008, que em adição às anteriormente descritas, o Kosovo se tornou membro de 14 federações internacionais nas mais diversas modalidades, sendo que apenas a ITTF (Federação Internacional de Ténis de Mesa) aceitou a entrada do Kosovo previamente à sua declaração de independência.

## **b) Desafios do Kosovo na atualidade**

### **i) Visão geral**

Como já foi observado, o Kosovo sofre de vários problemas a nível socioeconómico: o seu PIB per capita posiciona-se entre os últimos da Europa, a percentagem da população a viver debaixo do limiar da pobreza era de cerca de 18% em 2015 (Banco Mundial, 2019), a taxa de desemprego é a mais alta do velho continente, várias etnias sofrem de discriminação, enquanto as principais vivem num clima de contínuo desentendimento, desentendimento esse que se estende às relações com a Sérvia e os países que a apoiam, nomeadamente a Rússia.

No resumo do Banco Mundial (2019b), disponível no seu sítio da internet sobre a economia do Kosovo, destaca-se que “os setores de bens não transacionáveis dominam a produção e o emprego”, tendo um peso de 54% no PIB no período de 2009 a 2017. O mesmo relatório constata que a indústria tem um peso relativamente pequeno, em comparação com os padrões regionais, estando à volta dos 17%, enquanto que o setor agrícola ainda tem alguma importância, perfazendo 11% do produto.

Murati e Berisha (2010) no seu relatório sobre as políticas sociais no Kosovo escrevem que as exportações foram altamente prejudicadas em 2008, depois da declaração de independência, porque a Sérvia e a Bósnia e Herzegovina bloquearam todas as exportações que passavam pelos seus países (Murati & Berisha, 2010: 6-9). No entanto, há que destacar que o próprio Kosovo, dez anos mais tarde, impôs uma tarifa alfandegária de 100% em bens importados a Sérvia e Bósnia e Herzegovina (Reuters, 2018). Em adição a isto, encontra-se outro fator de relevância: o Kosovo era em 2014 o segundo país da Europa cujas remessas do exterior tinham maior impacto no PIB (World Bank Group, 2016: 28). Um estudo de Loxha (2017: 1-3) revela que, se por um lado, a quantidade de remessas auxiliou no equilíbrio macroeconómico da economia kosovar, por outro, uma percentagem tão alta pode ter outros efeitos colaterais, nomeadamente, o aumento da dependência da economia nas remessas, pelo lado negativo, assim como uma menor motivação para trabalhar por parte dos indivíduos que recebem estas remessas, que poderiam ter um efeito mais positivo na economia do Kosovo, caso estas fossem reinvestidas em atividades produtivas ou na indústria local e não, como acontece, para lidar com o consumo quotidiano básico. O autor afirma ainda que as políticas públicas para melhorar a contribuição desta realidade no desenvolvimento económico do país são praticamente nulas, levando a que não se preveja uma alteração nos efeitos mencionados acima.

Três pontos importantes para a hipótese em estudo: primeiro, a questão da obstrução de linhas de comércio para o Kosovo por parte de Sérvia e Bósnia e Herzegovina; em segundo lugar, a ideia de que há pouca preparação por parte de quem completa o percurso educativo em comparação com as qualidades necessárias para o mercado de trabalho e finalmente, a falta de fundos para os serviços de emprego.

Um relatório do FMI sobre o Kosovo em 2017, acrescenta a estes fatores outros: a falta de competitividade externa e a significativa economia informal<sup>4</sup>, que se afiguram como problemas estruturais na economia, assim como, novamente, um *gap* em termos de infraestruturas (FMI, 2018: 1).

Foram realizados dois estudos relativamente ao impacto das despesas públicas no crescimento económico do Kosovo. O estudo de Pula e Elashani (2017), baseado numa análise

---

<sup>4</sup> O grande peso da economia informal é também altamente nocivo para as receitas públicas, dado que se coloca como uma forma de evasão fiscal, prejudicando também a competitividade interna, atribuindo uma vantagem injusta às empresas que optam por este tipo de economia (PrishtinaInsight, 2019).



econométrica sobre os indicadores macroeconómicos do Kosovo, concluiu que a despesa pública influenciou o crescimento do produto, assim como que o IDE kosovar tem correlação positiva unilateral em relação às exportações. Por oposição, Balaj e Lani (2016) tiveram resultados contraditórios, tendo a sua análise demonstrado que não existe correlação entre a despesa pública e o crescimento económico kosovar.

## ii) O Desemprego

De uma forma geral, o efeito de altas taxas de desemprego para a economia foi inicialmente estudado por Okun (1962), numa obra que se estabeleceu enquanto *ex libris* da teoria económica e, que, na relação que ficou conhecida como Lei de Okun, conclui que existe uma relação negativa entre a taxa de desemprego e o produto, isto é, quando a taxa de desemprego cíclica cresce, o produto decresce. Adicionalmente, alguns autores concluíram que a existência de desemprego generalizado leva ao isolamento social e à marginalização do mercado de trabalho (Gallie, 1999: 162-164), assim como ao aumento da criminalidade na sociedade (Raphael & Winter-Ebmer, 2001: 280-281).

A taxa de desemprego do Kosovo está acima das economias vizinhas, ainda que a tendência da última década tenha sido a de se aproximar destas, ficando, segundo dados da Agência de Estatísticas do Kosovo, a rondar os 29,6% em 2018. A questão mais preocupante neste capítulo prende-se, ainda assim, com outro indicador, a taxa de desemprego jovem.

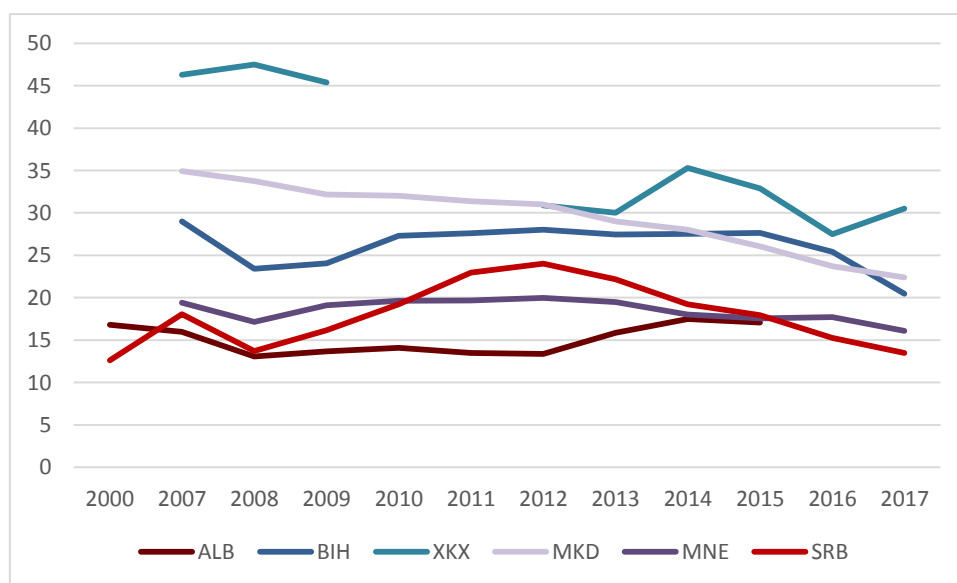


Figura 3.2 - Taxa de Desemprego (% da população ativa) nos Balcãs Ocidentais (Fonte: Banco Mundial e Agência de Estatísticas do Kosovo, 2018: 98-99)

Com valores acima dos 50% (Banco Mundial, 2018: 61), que em 2017 colocavam o Kosovo como o país com a maior percentagem de desemprego jovem dos Balcãs Ocidentais, o relatório da Comissão Europeia para 2018 sobre o Kosovo assinala que “existe um claro desacerto entre os produtos do sistema educativo e as necessidades do mercado de trabalho”, sendo necessárias “políticas para o mercado de trabalho mais ativas”, acrescentando que “os fundos para serviços de emprego e treinos vocacionais permanecem insuficientes e fragmentados” (Comissão Europeia, 2018: 43). A organização “You See!” realizou um estudo procurando compreender melhor esta questão e concluiu que a procura de trabalho não corresponde à oferta, devido à falta de conhecimento e experiência apropriados para o mercado de trabalho, também porque o sistema educativo não inclui programas de estágio ou outros que contribuam com essa experiência. Também a falta de informação para o mercado de trabalho e a existência de grupos cuja entrada no mercado de trabalho está obstruída por várias razões, como é exemplo a fraca participação feminina, que está relacionada com normas culturais, e a existência de comunidades com altos níveis de iliteracia e pobreza, nomeadamente, as comunidades roma, ashkali e egípcia (You See!, 2018: 35-39).

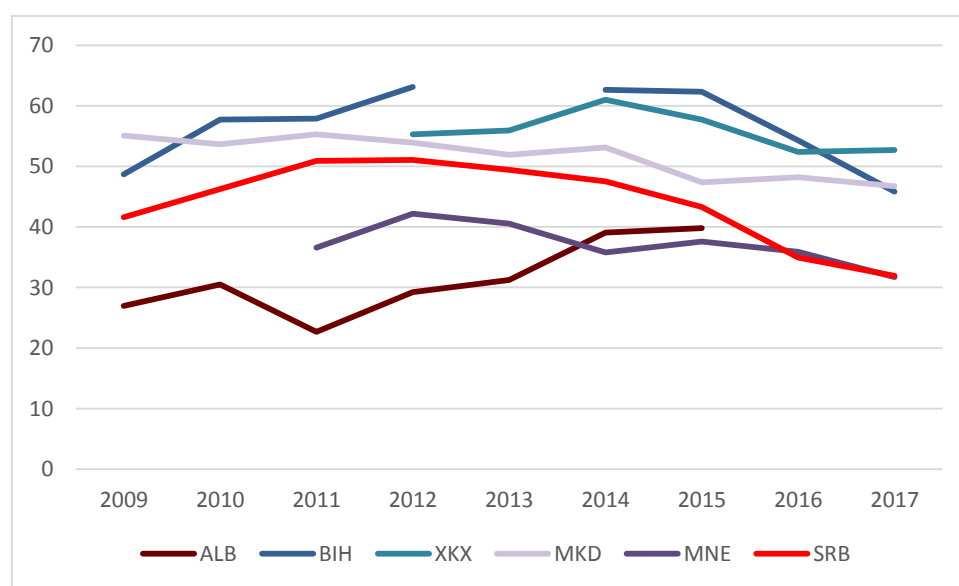


Figura 3.3 - Taxa de Desemprego entre 15-24 anos de idade nos Balcãs Ocidentais (Fonte: Banco Mundial e Agência de Estatísticas do Kosovo)

Adicionalmente, Skenderi e Uka (2015: 454-456) analisam os vários tipos de desemprego identificados como mais comuns na economia no Kosovo. Os autores constataam que, embora

seja normal, em economias de transição, a existência de desemprego estrutural, o facto de a população do Kosovo ser significativamente jovem implica que a probabilidade dos impactos da transição ainda terem um efeito significativo nas taxas de desemprego é menor. De forma semelhante, a alta percentagem de trabalhadores em áreas como a agricultura, comércio ou a construção civil leva à existência de desemprego sazonal, que não traz preocupações de maior para a economia. Os autores prosseguem declaram que a causa da alta taxa de desemprego é, principalmente, a falta de crescimento económico e também a situação política instável, que torna improvável a existência de grandes investimentos na economia.

Olhando para os outros países dos Balcãs Ocidentais, na Bósnia e Herzegovina, onde o desemprego jovem é o mais alto nos países analisados pelo Banco Mundial (Banco Mundial, 2018), também as debilidades do sistema de educação foram apontadas como uma das principais razões para a condição negativa do mercado de trabalho (Comissão Europeia, 2018b: 30). Também um estudo realizado sobre a Macedónia do Norte chegou a uma conclusão que coincide em alguns pontos com a situação do Kosovo, principalmente que a existência de estágios ou outras iniciativas que criem uma ponte entre a saída do ensino e a entrada no mercado de trabalho seria altamente benéfica, enquanto que acrescenta um outro: de acordo com dados para a população jovem macedónia, um período de desemprego para um indivíduo jovem leva a que a probabilidade de esse indivíduo se manter desempregado nos anos seguintes aumente, criando um efeito bola de neve que causa uma situação negativa prolongada não só nesta estatística em particular, mas também na economia no geral (Petreski et al., 2017: 191-194). É possível aferir que mesmo os países com a situação do estatuto resolvida mostram o mesmo tipo de dificuldades neste aspeto, indicando que a causa poderá estar mais ligada à história recente de toda a região, em oposição a algo que afete exclusivamente o Kosovo.

### **iii) As Exportações**

A relação entre a balança comercial (ou o comércio, de uma forma generalizada) e o crescimento económico tem sido historicamente alvo de análise económica há vários séculos. Desde as teses de Smith e Ricardo relativamente às vantagens absolutas e comparativas do comércio até aos vários estudos recentes com países diferentes como objeto de estudo, das quais é possível concluir que a existência de uma correlação entre produto e exportações depende do país em causa, assim como a sua bilateralidade (Hameed et al., 2012: 453-457).

Como é visível na Figura 3.4, apesar de a tendência ser crescente, as exportações de bens e serviços pelo Kosovo situam-se nos valores mais baixos dos Balcãs Ocidentais, ficando por valores à volta dos 26,6% do PIB em 2017, com a Sérvia e a Macedónia do Norte a chegar a valores que ultrapassam o dobro no mesmo ano (Banco Mundial, 2019).

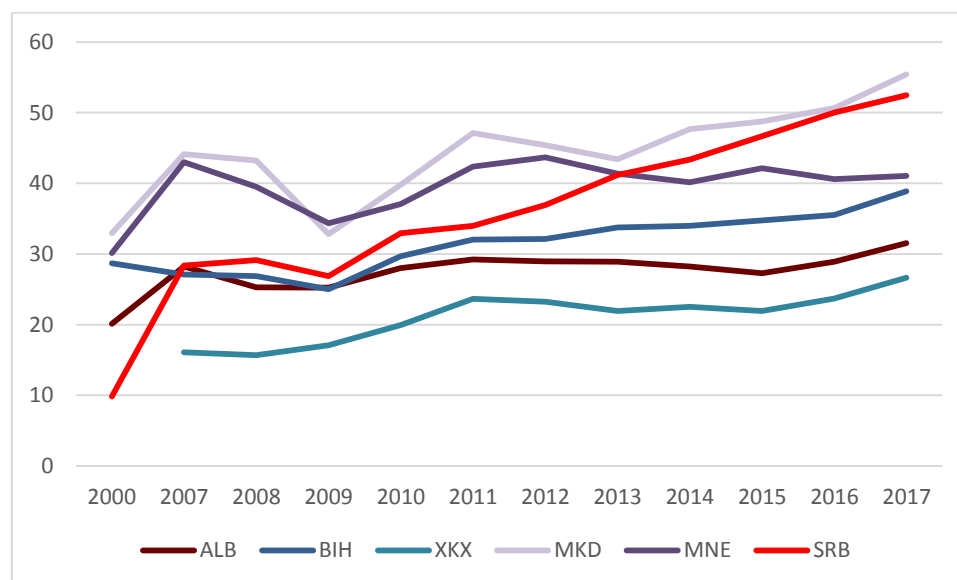


Figura 3.4 - Exportações de bens e serviços nos Balcãs Ocidentais (% do PIB) (Fonte: Banco Mundial (2019))

De acordo com Topxhiu e Krasniqi (2011: 103-104), existem várias causas para o desempenho menos positivo das exportações no Kosovo: o estatuto político indefinido, a fraca qualidade da indústria devido à guerra, a pouca presença histórica do Kosovo nas iniciativas regionais, o baixo nível de investimentos diretos do estrangeiro, a economia informal e as limitadas vias de comunicação, algo que vai de encontro à análise já feita nas secções anteriores. Para além disso, cerca de 99% do setor privado era composto por microempresas e menos de 0,1% por empresas de grande dimensão.

Por outro lado, os autores afirmam que existem áreas onde existe potencial para crescimento. Embora não seja possível um aumento da competitividade por via cambial, devido ao uso do euro como moeda, o Kosovo situa-se numa localização geográfica benéfica e possui capital que está a ser inutilizado. Como outros fatores positivos, são mencionados a força laboral jovem, a competitividade salarial e as condições favoráveis para a agricultura e a indústria mineira (Topxhiu & Krasniqi, 2011: 104-105).

Num artigo escrito para o sítio [brookings.edu](http://brookings.edu) (2017), a economista Jieun Choi referencia um artigo ainda por publicar, em co-autoria com Asier Minondo, que se baseia no modelo de comércio desenvolvido por Head & Meyer (2015) para calcular o efeito da aceitação universal da independência do Kosovo no seu comércio. Choi salienta duas conclusões: uma, a de que o não-reconhecimento bilateral não tem efeitos nos valores do comércio bilateral, mas que tem um efeito negativo no número de países exportadores; a segunda, é a de que o Kosovo comercializa menos do que deveria, pelo que existe um fator desconhecido específico ao Kosovo. A explicação encontrada pela autora reside na possibilidade de o volume de comércio aumentar caso o Kosovo recolha aceitação multilateral, isto é, seja aceite nas Nações Unidas (que acontecerá caso a independência seja reconhecida por dois terços dos países a estas pertencentes). Adicionalmente, a autora destaca que, de acordo com os cálculos feitos, o custo de estabelecer comércio com o Kosovo é equivalente ao de uma tarifa de 14%.

Uma das fontes de potencial rendimento são as Minas de Trepça, localizadas no norte do Kosovo, na região de Mitrovica, uma área que está altamente dividida em termos étnicos, com a região sul a ter uma maioria albanesa e a região norte uma maioria sérvia. Entre a década de 1950 e meados da de 1970, as minas de Trepça foram uma grande fonte de rendimentos para a economia jugoslava, até que, a meio da década de 1970, as minas se começaram a deteriorar devido à má gestão de equipamentos e infraestruturas. Na década de 1990 assistiu-se a um abandono dos trabalhadores das minas devido à decisão de Milošević de retirada de autonomia do Kosovo, até que o complexo encerrou definitivamente em 1993 devido ao embargo imposto à Jugoslávia (Del Castillo, 2008, através de Lynch, 2012: 5-8). Em 2016, foi aprovada, no Kosovo, uma lei que transformaria o complexo de Trepça numa sociedade por ações, com o Estado kosovar a deter 80%, mas durante os anos seguintes nada havia sido materializado, o que deixou apreensivos os trabalhadores das minas sobre o seu futuro, quer os de etnia albanesa, quer os de etnia sérvia. Muitas das dificuldades na resolução desta situação situam-se no desacordo vigente entre kosovares e sérvios sobre quem tem direito à sua propriedade: em fevereiro de 2019, a assembleia kosovar voltou a reforçar a intenção de pôr em prática a decisão de 2016, mas subsiste ainda muita contestação por parte da Sérvia a esta ideia, ameaçando a uma cisão ainda maior nas negociações entre Kosovo e Sérvia (Balkan Insight, 2017) (IntelliNews, 2018) (Balkan Insight, 2019). Maja Kocijančič, porta-voz da União Europeia para os Negócios Estrangeiros, afirmou em fevereiro de 2019, que a União Europeia, na sua função mediadora, estava disponível para auxiliar nas resoluções dos conflitos entre Sérvia e Kosovo, com vista à normalização das relações, mas a resposta de

Ramush Haradinaj, primeiro-ministro do Kosovo à altura, foi a de recusar a possibilidade de diálogo, entendendo que a posição da União Europeia viola a soberania kosovar (Telegraf, 2019).

#### **iv) A Integração Europeia e o IPA**

O processo de integração do Kosovo na UE iniciou-se, em 1999, quando a União Europeia criou o Pacto de Estabilidade para o Sudeste Europeu, que incluía como objetivo a criação de estabilidade para o Kosovo (Vucetic, 2001: 115-117). Em 2000, como consequência do Conselho Europeu de Santa Maria da Feira, a União Europeia consolidou a intenção de estabelecer relações cooperativas entre os países dos Balcãs Ocidentais com vista a uma futura integração e reiterou o apoio por um processo eleitoral a nível municipal livre e bem-sucedido no Kosovo no mesmo ano (Conselho Europeu, 2000: 11-12).

Em 2002, a União Europeia estabeleceu, para o Kosovo, o Mecanismo de Acompanhamento de Estabilização, uma versão do Processo de Estabilização e de Associação, adaptada para evitar colocar o Kosovo no mesmo programa que os outros países dos Balcãs Ocidentais que tinham o estatuto resolvido, devido a contestação dos 5 países da UE que não reconhecem a independência kosovar. Este programa tinha o intuito de colocar o Kosovo numa direção que o permitisse chegar mais próximo das normas europeias nos vários setores. Entre 2012 e 2013, após aprovação do Conselho Europeu, a Comissão Europeia decidiu, que, em termos teóricos, poderia ser um método eficaz de criação de reformas a nível económico e político, aproximando assim as metas do Kosovo às dos outros países da União Europeia (Zhuja, 2014: 4-6).

A parceria entre a União Europeia e o Kosovo prolongou-se por toda a década de 2000: em 2006 o Kosovo começou a seguir o Segundo Plano de Ação para a Implementação da Parceria Europeia, após a Europa se ter revelado satisfeita com algumas das melhorias a nível das prioridades que estabeleceram. Em 2007, surgiu outro programa, denominado Instrumento de Assistência de Pré-Adesão (IPA), substituindo o programa em vigor. Até ao dia de hoje, os vários programas IPA têm incluído o Kosovo como beneficiário providenciando auxílio a nível financeiro, com vista a obter progressos nos vários setores económicos e políticos do país. Após a declaração de independência, inclusive, iniciou-se um processo de liberalização de vistos para o Kosovo, sendo o intuito o de facilitar a mobilidade dos cidadãos kosovares na

União Europeia – no entanto, à data de escrita desta dissertação, em 2019, os cidadãos do Kosovo ainda não podem transitar livremente no Espaço Schengen com os documentos nacionais, apesar de o contrário ser verdade, algo que tem causado uma intensificação do pessimismo relativamente ao estado da relação entre Kosovo e Europa (Nezaj, 2015: 12-15) (Prishtina Insight, 2018).

O IPA II para 2014-2020 tem como objetivo a continuação do auxílio monetário a sete países que ambicionam a integração europeia, seis pertencentes à região dos Balcãs Ocidentais (Albânia, Bósnia e Herzegovina, Kosovo, Macedónia do Norte, Montenegro e Sérvia) e a Turquia. Os valores atribuídos a cada um dos seis Estados da região, para todo o período, e, especificamente, para o último ano para os quais existem valores, estão discriminados na Tabela 3.1:

País	Fundos 2014-2020 (milhões de €)	Fundos 2017 (milhões de €)
Albânia	649,4	92,9
Bósnia e Herzegovina	167,1	43,7
Kosovo	645,5	91,9
Macedónia do Norte	664,2	94,9
Montenegro	270,5	39,5
Sérvia	1500	215,4

*Tabela 3.1 - Fundos IPA II (Fonte: ec.europa.eu (2019); Radulović et al., (2018))*

A Comissão Europeia descreve no seu sítio os setores prioritários para os quais os fundos atribuídos ao Kosovo deverão ser aplicados: democracia e governança, Estado de Direito e direitos fundamentais, energia, competitividade e inovação, educação, emprego e políticas sociais, agricultura e desenvolvimento rural e cooperação regional e territorial (Comissão Europeia, 2017). Estes serão geridos quer por gestão direta (pela Comissão, até as autoridades estarem acreditadas para gerir os fundos), quer por gestão indireta (através de delegação às entidades assinaladas pela Comissão), acrescentando que no contexto da gestão direta, o apoio orçamental setorial é uma ferramenta ao dispor, com transferências financeiras ao Tesouro dos beneficiários, existindo também um mecanismo de monitorização baseado em indicadores

e traduzidos num relatório anual (Comissão Europeia, 2016). Em baixo, a tabela 3.2 mostra a alocação indicativa por setores para aplicação dos fundos do IPA II no período 2014-2020 no Kosovo:

Setor	Valor (em milhões de euros)
Democracia e governança	111,3
Estado de Direito e direitos fundamentais	123
Energia	100
Competitividade e inovação	133
Educação, emprego e políticas sociais	94,2
Agricultura e desenvolvimento rural	79,7

*Tabela 3.2 - Alocação indicativa de fundos IPA II no Kosovo para 2014-2020 (Fonte: Comissão Europeia (2017))*

Cucchi (2017: 3-5) analisou o projeto do IPA II em comparação à versão anterior que concerne ao período 2007-2013, assinalando primeiramente que em relação ao anterior, o IPA II oferece uma conjuntura mais favorável aos desideratos do Kosovo, dado que a alocação de fundos não depende da fase de candidatura, levando a que o Kosovo tenha acesso a todos os fundos disponíveis e não apenas aos direcionados à construção de instituições e à cooperação regional, também porque o IPA estava construído de forma orientada para os objetivos de adesão à UE, enquanto que o IPA II para “objetivos e projetos socioeconómicos”. No entanto, assinala o autor, a ausência de uma estratégia concreta para o desenvolvimento de longo-prazo do Kosovo com a prioridade a recair numa miríade de estratégias setoriais pouco coerentes entre si ameaça a aplicação eficaz dos fundos do IPA II, e conclui assinalando que seria relevante a criação de uma plataforma que “estimule a discussão entre os stakeholders nacionais acerca de uma visão de longo-prazo sobre a administração, programação e gestão de todos os fundos do IPA futuros”.



## **v) Presença em Organizações Internacionais**

Uma das maiores barreiras causadas pela ausência de reconhecimento é a impossibilidade do Kosovo aderir a algumas organizações internacionais de maior grau de importância. A principal é, obviamente, as Nações Unidas, primeiramente porque ser membro das Nações Unidas atribui ao estado que a elas adere um princípio de legitimidade: mesmo que o país não seja reconhecido por algumas nações, a adesão à ONU leva a que este possa dialogar com outros membros sob a tutela da organização e criar um ambiente de reconhecimento multilateral (Barnett, 1997: 24-25), que, como exemplificado anteriormente no caso das exportações, teria um impacto significativo na forma como o Kosovo procede em vários assuntos de âmbito internacional. Adicionalmente, uma entrada nas Nações Unidas seria também uma forma de sinalizar a intenção de partilhar com os restantes estados-membros as regras básicas da lei internacional e os princípios básicos de soberania (West & Rexha, 2018: 5).

Existem, no entanto, outras organizações internacionais cuja adesão potencialmente traria benefícios ao Kosovo. West e Rexha, no seu artigo denominado “Integrating Kosovo into the United Nations System” avaliam os benefícios e o potencial de entrada num número de organizações internacionais ligadas à ONU das quais o Kosovo não faz parte. As organizações seleccionadas são a FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura), a IAEA (Agência Internacional de Energia Atómica), a CAO (Organização da Aviação Civil Internacional), o IFAD (Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola), a ITU (União Internacional de Telecomunicações), a OIT (Organização Internacional do Trabalho), a OMI (Organização Marítima Internacional), a OMM (Organização Meteorológica Mundial), a OMS (Organização Mundial de Saúde), a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), a UNIDO (Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial), a UNWTO (Organização das Nações Unidas para o Turismo) e a UPU (União Postal Universal): a tabela 3.3 mostra a probabilidade de entrada e o benefício de entrada de cada uma destas organizações para o Kosovo (West & Rexha, 2018: 8-20).

	Nenhum benefício	Ligeiramente benéfico	Benéfico
Entrada impossível	UNIDO	UNWTO	
Entrada improvável	IAEA, OMI	FAO, ICAO, OIT, UPU	ITU, OMM, UNESCO
Entrada provável			IFAD, OMS, WIPO

*Tabela 4.3 - Probabilidade e benefícios de entrada do Kosovo em organizações das Nações Unidas. Fonte: West & Rexha (2018)*

Apesar de no artigo selecionado o foco se direcionar para as organizações que compõem uma espécie de equilíbrio de Nash para o Kosovo naquelas em que deverá tentar a adesão o mais rapidamente possível, é importante observarmos, para esta dissertação, as que se encontram na célula imediatamente acima: ITU, OMM e UNESCO.

A ITU é a organização das Nações Unidas especializada nas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), criando uma área comum para a melhoria internacional das vias de comunicação, adicionalmente regulando as relações entre estados no uso de satélites (ITU, 2019). À data de escrita desta dissertação, o Kosovo é o único país da Europa que não pertence à ITU. A OMM é a organização mundial de meteorologia, onde a adesão seria benéfica para os cientistas do clima kosovares numa perspectiva de entrada na comunidade científica internacional. Finalmente, a UNESCO é, provavelmente, a mais prestigiada organização deste grupo, tendo como objetivo a promoção da educação primária universal e a proteção da herança cultural, assim como a interação entre instituições académicas internacionais. Em nenhuma das três a entrada é provável caso haja uma candidatura, isto porque todas elas requerem um número de votos favoráveis que o Kosovo não alcançaria (West & Rexha, 2018: 15-19).

Das três, aquela que mais encontra ligações com os fatores analisados até aqui é a UNESCO, dado que uma hipotética entrada levaria à melhoria do sistema educativo pré-escolar, ajudaria na integração das crianças provenientes das comunidades roma, ashkali e egípcia e auxiliaria na proteção de monumentos de herança cultural. Como foi observado em secções anteriores desta dissertação, os primeiros dois fatores são relevantes na realidade do Kosovo, constituindo desafios aos quais tem tentado responder.

O mesmo relatório de West e Rexha tem ainda uma ressalva relevante relativamente à UPU. A UPU regula o serviço de correio internacional, colocando em prática regulamentos para o funcionamento dos correios entre países. No entanto, a UPU tem também o poder de regular transferências de dinheiro, algo especialmente importante devido ao alto número de remessas de dinheiro recebidas pelo Kosovo (cerca de 9,3% do PIB, em 2012, das quais 25% foram feitas por correio ou transferência monetária). Ainda que a UPU não tenha entrado pela via de criar potenciais barreiras, o Kosovo não foi afetado. Por outro lado, considerando que a existência da possibilidade de uma alteração nos regulamentos possa afetar negativamente a economia kosovar, o Kosovo já contemplou uma candidatura a membro da UPU (o Kosovo é reconhecido pela UPU, mas devido a não deter o estatuto de membro, não pode influenciar quaisquer decisões tomadas), mas os critérios de entrada requeriam mais votos favoráveis do que aqueles que se presume o Kosovo consiga (West & Rexha, 2018: 16-17) (Kosova Press, 2015).

### **c) Revisão de Literatura: Conclusão**

De uma forma conclusiva, esta secção será dedicada a uma visão global sobre tudo o que já foi analisado relativamente ao impacto do estatuto indefinido do Kosovo. Em algumas áreas, o Kosovo já é visto como uma nação independente e soberana sem qualquer limitação, como se comprovam as entradas nas várias instituições e organizações internacionais. Existem, no entanto, algumas barreiras pontuais no que a isto se refere, como a não aceitação da entrada do Kosovo na Interpol e a recusa da federação espanhola de futebol em receber o Kosovo num torneio de camadas jovens no seu território (Euronews, 2018) (Washington Times, 2019).

Enquanto que a União Europeia parece, na atualidade, ao contrário do que aconteceu no caso do PEA, colocar o Kosovo no exato nível em que se encontram todos os estados com estatuto definido, subsistem algumas problemáticas ao nível do comércio internacional, do investimento externo, do aproveitamento de alguns dos seus recursos (como é exemplo o caso das minas de Trepça) ou a presença de instituições internacionais que limitam a autonomia das instituições estatais. De forma simultânea, estão ainda presentes vários problemas de índole política, económica e social, resultantes de questões relacionadas com a guerra, com a cultura do Kosovo, e com um desempenho não totalmente eficaz do setor político, como a corrupção institucionalizada, que não estão diretamente ligados à questão do estatuto. Existe ainda uma questão que deve ser levantada antes de se prosseguir: de acordo com um relatório

publicado pela Friedrich-Ebert-Stiftung (2018:12), fica o argumento de que existe um foco excessivamente grande, nas intervenções dos partidos políticos, assim como nos seus programas, nas questões nacionais e patrióticas, criando uma sombra sobre as políticas sociais e a resolução dos problemas a elas adjacentes.

O capítulo seguinte recairá numa análise que tem o intuito de compreender, de facto, qual é o impacto da indefinição de estatuto na margem de manobra do Estado do Kosovo, nas suas políticas e na economia. A expectativa é a de compreender se, com a consensualização do estatuto político, através de reconhecimento multilateral, a situação do setor público do Kosovo e, conseqüentemente, da economia kosovar, seria ou não diferente.

## CAPÍTULO IV - ANÁLISE EMPÍRICA

### a) Entrevistas

No âmbito desta dissertação, o autor teve a oportunidade de dialogar com um membro de uma organização internacional que está presente no Kosovo, que preferiu permanecer anónimo sobre o impacto da indefinição de estatuto na margem de manobra do Estado do Kosovo e nas suas políticas públicas. “Existem efeitos mais diretos e visíveis e outros menos diretos. Um dos mais diretos é que o Kosovo não faz parte das Nações Unidas, e, como é sabido, fazer parte das Nações Unidas significa que se é automaticamente membro de muitas outras organizações. Quando se é membro das Nações Unidas, para 90% dos países do mundo, isso significa ser se um país reconhecido”, começou por dizer, numa conversa que teve lugar em Pristina, capital do Kosovo. A questão do estatuto conduz também a questões relacionadas com a diplomacia e as relações internacionais. Em primeiro lugar, quando interrogado sobre a entrada no Banco Mundial e no FMI, o entrevistado respondeu que o Kosovo “tem os benefícios que qualquer país tem ao entrar nessas instituições, é bom para o *credit rating*, há uma maior presença na cena internacional”. Ainda assim há outros problemas que não ficaram resolvidos, dado que, por exemplo, cidadãos que apenas tenham um passaporte kosovar estão impedidos de viajar para alguns países, como a Rússia, Índia ou Cuba (Krasniqi, 2019: 304). De facto, o passaporte kosovar está entre os 25 passaportes mais fracos a nível mundial (Passport Index, 2019).

Relativamente à questão das exportações, o entrevistado fez referência à questão da tarifa de 100% sobre produtos oriundos da Sérvia e da Bósnia e Herzegovina, “eles tornaram a questão da tarifa, uma questão não-comercial, porque as razões para a tarifa não são comerciais”, algo que é relevante principalmente porque “antes da tarifa, [as importações à Sérvia eram de] 400 milhões de euros por ano, o que é um valor grande para o Kosovo”. As consequências negativas para o Kosovo da introdução desta tarifa são, segundo o entrevistado, mais em termos diplomáticos do que em termos comerciais: “não afeta o Kosovo economicamente, porque é o caso típico de quando há um grande produtor e um pequeno produtor. A Sérvia é um grande produtor e o Kosovo é um pequeno produtor e o comércio livre nestes casos beneficia o grande produtor, porque eles vão exportar e o Kosovo não tem nada para exportar para a Sérvia, portanto a balança comercial tenderá sempre a favor da Sérvia”, enquanto que, por outro lado, “comércio livre é o que o mundo espera de um país e isto causou que os

maiores aliados do Kosovo: a União Europeia e os Estados Unidos, criticassem veementemente o Kosovo pela introdução da tarifa. O Kosovo ganhou algum dinheiro, mas perdeu apoio internacional”.

Outra das questões abordadas foi o investimento estrangeiro no Kosovo: “é verdade que se alguém quiser investir no Kosovo...primeiro que tudo, é um mercado pequeno, e exportar, mesmo na região, é um problema. A Bósnia não reconhece a declaração de produto, portanto mesmo que seja uma empresa portuguesa a produzir peças automóvel no Kosovo, não pode vendê-las para a Sérvia, nem para a Bósnia, apenas para a Macedónia do Norte, Montenegro, Albânia, o que limita a dimensão do investimento. Dificilmente alguém investirá mil milhões de euros nessa situação, talvez 50 milhões, mas mil milhões, não.”. De seguida, quando inquirido sobre se essa situação também se refletia nos fundos públicos, a resposta foi assertiva: “Tem de afetar, sim, porque o Investimento Direto Estrangeiro também é uma fonte de receitas. O Kosovo não tem petróleo, diamantes, *resorts* turísticos, nada de estratégico, portanto o investimento estrangeiro em agricultura, *outsourcing* ou até nas TIC, seria muito importante. Até agora ainda não se viram efeitos grandes disso em termos de finanças públicas, porque o Kosovo conseguiu manter um nível razoável de investimento público, em comparação com a região. Existe uma nova auto-estrada, os hospitais estão a ser melhorados, há um sistema escolar funcional, policiamento básico, serviços públicos, uma grande universidade, não é pior que o normal da região. Mas não se viram esses efeitos porque o Kosovo beneficiou bastante de ajuda internacional.”, disse, acrescentando que “não há nenhum plano-mestre para a economia, também porque a questão do estatuto continua a constituir um problema e essa visão estratégia seria parte daquilo a que se chamaria um programa de reformas normal, não algo que um país faça quando acabou de declarar a independência e essa não é reconhecida por toda a gente”. Este informante privilegiado entende que “se a questão do estatuto for resolvida, digamos que através da entrada das Nações Unidas, os partidos políticos teriam de se concentrar no setor público. A Sérvia deixaria de ser uma questão eleitoral e as questões eleitorais passariam a ser boa governança, Estado de Direito, corrupção...”.

Adicionalmente, é perceptível que o investimento estrangeiro no Kosovo encontra na corrupção um obstáculo importante, tendo havido vários casos jurídicos relativos a contratos unilateralmente cancelados na venda de percentagens de empresas públicas, por alegada corrupção, tal como apontado pelo investigador Pëllumb Çollaku numa coluna de opinião para o Instituto de Viena para Estudos Económicos Internacionais (WIIW, 2017).

Finalmente, o autor pediu ao entrevistado a sua visão sobre três outros fatores analisados nas secções anteriores: o sistema de saúde, o desemprego e a questão de Trepça. Sobre o primeiro, este afirmou que “ficámos habituados a um mau sistema de saúde, porque, por muitas razões, o desenvolvimento no pós-guerra foi muito lento, as pessoas precisaram de serviços de saúde imediatos, não foi possível fazer uma pausa. O que aconteceu foi que muitas pessoas dirigiram-se a Escócia, algumas até à Sérvia, um pouco depois, e ao mesmo tempo, o setor privado no Kosovo cresceu e aproveitou para suprir as falhas do setor público de saúde e com os anos isso também acabou por tornar lento o seu desenvolvimento, dada a existência de várias alternativas: hospitais privados no Kosovo, a Macedónia do Norte, a Turquia tem uma indústria em crescimento de turismo medicinal, e há voos diários para a Turquia, não é muito mais caro fazer tratamento lá”.

Na questão do desemprego, a visão do entrevistado vai de encontro às conclusões retiradas na revisão de literatura, “primeiramente, o investimento estrangeiro é diminuto devido à questão do estatuto e investimento estrangeiro significa postos de trabalho. Também o facto de haver uma população jovem muito grande, o Kosovo é o país mais jovem da Europa e, portanto, todos os anos, 30 mil novas pessoas entram no mercado de trabalho e é impossível a criação de postos de trabalho a este ritmo. O Kosovo precisa de criar postos de trabalho mas não consegue, é necessário algo que dê um abanão na situação.”

No que concerne à questão de Trepça, afirmou que “Trepça nunca poderá ser o que era em 1975, é essa a regra geral para economias que transitaram do comunismo. Trepça tinha 24 mil trabalhadores no seu auge, mas hoje mesmo que tudo estivesse bem nunca teria esse número. Por exemplo, existe um complexo metalúrgico em Zenica, na Bósnia, que tinha mais ou menos o mesmo número de trabalhadores, era um dos gigantes da Jugoslávia, e, atualmente, numa situação completamente regularizada, porque Zenica se situa na zona da Federação, todos os ativos estão lá, nada está na parte sérvia, e, mesmo depois da renovação, creio não ter ultrapassado os 5 mil trabalhadores. E é verdade que poderiam ser 5 mil, e não o é não só por causa da questão do estatuto, porque na zona sul não há nada que impeça o Kosovo de se organizar e ter uma empresa saudável. Aliás, a parte norte de Trepça, sob administração sérvia, tem sido lucrativa, mesmo com cerca de mil trabalhadores”.

O autor desta dissertação teve também a oportunidade de contactar com Stefan van Dijk, fundador da Kosovo International Business Consultancy & Communications (KosIBC) e de sítios da internet direcionados a potenciais investidores ou viajantes internacionais tais como

o InvesterenInKosovo.nl e o Kosovo Info. Numa entrevista realizada através de correio eletrónico, Van Dijk respondeu a várias questões propostas pelo autor da dissertação. Inquirido sobre o ambiente geral no Kosovo de momento e a possibilidade de haver uma desilusão generalizada relativamente ao pouco progresso a nível diplomático, Van Dijk responde que considera “bastante positivo, mas é verdade que as pessoas estão interessadas na possibilidade de viajar até ao estrangeiro, e o facto de que as promessas sobre a liberalização dos vistos ainda não se materializaram é, claro, desapontante”, diz Van Dijk.

Quando questionado sobre os desafios que o Kosovo está a atravessar, o empresário holandês alega que “a dificuldade mais relevante é a falta de empregos”, mas que, por outro lado, “nos últimos 15 anos, o desenvolvimento tem sido enorme. Até recentemente nem todos os moradores de Pristina tinham água corrente permanentemente, era recorrente haver apagões, e isso hoje em dia não acontece”. Sobre as vantagens de um hipotético reconhecimento internacional, Van Dijk constata que “seria importante, mas principalmente por uma questão de imagem: o Kosovo seria visto como um país ‘normal’, as pessoas não querem investir em sítios ‘não-normais’”.

No entanto, existem alguns aspetos positivos, que, de acordo com Van Dijk, são pouco sublinhados: “o Kosovo é o segundo país dos Balcãs Ocidentais com a classificação mais alta em termos de facilidade de fazer negócios, de acordo com o Banco Mundial. Isto significa que tem havido algum progresso em termos de auxiliar à criação de empresas, incluindo em termos fiscais”. Van Dijk destaca ainda que “não havia auto-estradas antes de 2014, agora há auto-estradas e até as estradas comuns viram melhorias”.

Conclusivamente, em relação à questão da adesão a organizações internacionais, Van Dijk explica que se sente desapontado porque “é uma consequência do lóbi sérvio. Mas, por outro lado, quando se vive no Kosovo, não se sente os efeitos disto no quotidiano, isto é, sente-se o Kosovo como um estado extremamente independente, com liberdade individual, uma cultura dominante, uma seleção de futebol e com instituições que funcionam relativamente bem”.

Uma outra entrevista foi conduzida através de correio eletrónico com Visar Xhambazi, investigador kosovar da Democracy for Development, organização independente com sede no Kosovo que funciona na área das políticas públicas, e colaborador da Prishtina Insight, sítio de notícias e opinião sobre o quotidiano do Kosovo. Xhambazi, que considera que as instituições kosovares deslocaram as prioridades da questão do reconhecimento para a ambição de se juntar a organizações internacionais, crê que as duas principais políticas



recentes no que toca à abordagem com o exterior foram a transformação do exército e as tarifas aplicadas a produtos de origem sérvia e bósnia. Quando interrogado sobre as prioridades em termos de policy-making, o investigador respondeu que “domesticamente as prioridades têm recaído sobre o desenvolvimento económico e o desemprego”, mas sobre este último ponto faz uma adenda: “o emprego tem servido como ferramenta política nos últimos anos, com contratações de pessoas com afinidades políticas que possam servir como investimento para as eleições seguintes”, acrescentando que “no contexto internacional, o foco do Kosovo é o de fortalecer relações com os países que reconheceram a independência kosovar, continuando a considerar-se vital a procura por adesão a organizações internacionais, tendo as tentativas de se juntar à UNESCO e à Interpol infelizmente falhado”.

Sobre o progresso do Kosovo nos últimos anos, Xhambazi permanece otimista, considerando que “mesmo considerando os obstáculos que enfrenta, o Kosovo tem provado ser um bom exemplo de *state-building*”, assinalando os falhanços dos outros projetos de *state-building* dos últimos tempos, como o Iraque, o Afeganistão ou a Líbia, e que também vale a pena assinalar que “o Kosovo tem uma quota obrigatória de pelo menos 30% de mulheres no seu parlamento”, assim como os vários projetos de infraestruturais, como auto-estradas, estradas e escolas, dizendo que, ainda assim, “muito deste financiamento provém da União Europeia, que tem sido o maior financiador do Kosovo”, assim como outro aspeto, já mencionado anteriormente nesta dissertação, que tem sido a adesão às várias confederações desportivas.

No que concerne as relações diplomáticas, Xhambazi crê que “sem um acordo entre Sérvia e Kosovo, nenhum dos países conseguirá juntar-se à União Europeia, porque esta tem deixado claro que as boas relações entre países da região são essenciais para uma candidatura bem-sucedida”, mas deixa claro que o Acordo de Prespa, não terá grande influência no sucesso da candidatura kosovar porque “esse era um assunto de nomenclatura, a situação do Kosovo é de uma natureza completamente diferente”.

Por fim, o investigador não tem a mesma opinião que a declarada pelo membro da organização internacional entrevistado, no que toca ao caso das tarifas sobre os produtos da Sérvia e da Bósnia e Herzegovina. “Pessoalmente não creio que tenha sido um erro diplomático, mas sim, um erro económico”, afirma Xhambazi, explicando que “a população apoia a tarifa e o primeiro-ministro Haradinaj é visto como um líder forte [nda: Haradinaj demitiu-se do cargo posteriormente à entrevista]”, justificando assim a sua opinião: “os preços de vários produtos do dia-a-dia, como pão e laticínios, têm subido, portanto é um erro

de cariz económico”, antes de assinalar que “o caso das tarifas trouxe atenção internacional para o Kosovo, e o governo não conseguiu aproveitar essa atenção, sendo que agora não podem recuar, sob pena de perder poder”.

Houve também a oportunidade de dialogar com Nevena Radosavljević, também ela jornalista para o Prishtina Insight, mas simultaneamente membro da direção do Youth Peace, tendo escrito a sua tese de mestrado sobre a sua experiência pessoal enquanto presente nos *Youth Peace Camps*, iniciativa que junta jovens de vários países, incluindo o Kosovo, com o intuito de promover o diálogo. Ao ser questionada sobre se a questão do reconhecimento está a retirar foco a outros problemas internos, Nevena não tem dúvidas em afirmar que sim: “o reconhecimento e tudo o que envolve as relações Belgrado-Pristina estão sempre no foco da classe política no Kosovo, e também na Sérvia”, considerando também que este facto acaba por retirar tempo aos políticos no Kosovo “de tomar conta dos seus cidadãos e de melhorar a sua qualidade de vida”, acrescentando, quando inquirida sobre um possível diálogo entre Sérvia e Kosovo, que “existe essa possibilidade, mas é muito frágil. Mesmo que Belgrado e Pristina se sentem à mesma mesa, não acredito em grandes avanços que possam impactar a população”. O autor desta dissertação perguntou, no seguimento da conversa, se a entrevistada crê que a configuração atual do conflito entre Sérvia e Kosovo, somado com a situação em Mitrovica do Norte está a impedir o progresso de ambas as partes: Nevena acredita que sim, repetindo aquilo que já afirmara relativamente à perda de foco nos problemas internos dos dois países, acrescentando que “poderia referir-me à emigração nos dois países, que acontece sobretudo por causa do desemprego e dos baixos salários”, mas mantendo a crença de que “se existir uma solução pacífica, criando uma paz real, ambos os países estariam mais próximos do progresso e inclusive veriam as suas candidaturas à UE avançar”, crendo também que o Acordo de Prespa<sup>5</sup> não teve o efeito expectável no resto dos Balcãs Ocidentais.

Por último, Nevena acredita que existem iniciativas de integração no Kosovo, mas “muitas iniciativas de integração aparentam ser feitas de uma forma superficial”, dando o exemplo de documentos oficiais cuja tradução para o sérvio é feita de uma forma amadora e desprovida de sentido, o que a faz questionar as intenções de integrar outras comunidades. Simultaneamente, a entrevistada acredita que “os sérvios, na sua maioria, agem de acordo com as declarações do

---

<sup>5</sup> O Acordo de Prespa, assinado a 12 de junho de 2018 entre o primeiro-ministro macedónio Zoran Zaev e o primeiro-ministro grego Alexis Tsipras, é relativo a um conflito de denominação entre a Grécia e o estado anteriormente conhecido como Antiga República Jugoslava da Macedónia, que, como resultado do mesmo, passou a ter o nome oficial de República da Macedónia do Norte

governo sérvio”, e que “os sérvios do Kosovo são usados como ferramenta para chegar a objetivos políticos”, declarando ainda que “o governo sérvio nos últimos anos definitivamente não tem ajudado os sérvios do Kosovo, mas sim, piorando a sua condição atual”.

## **b) Análise Estatística**

### **i) Dados**

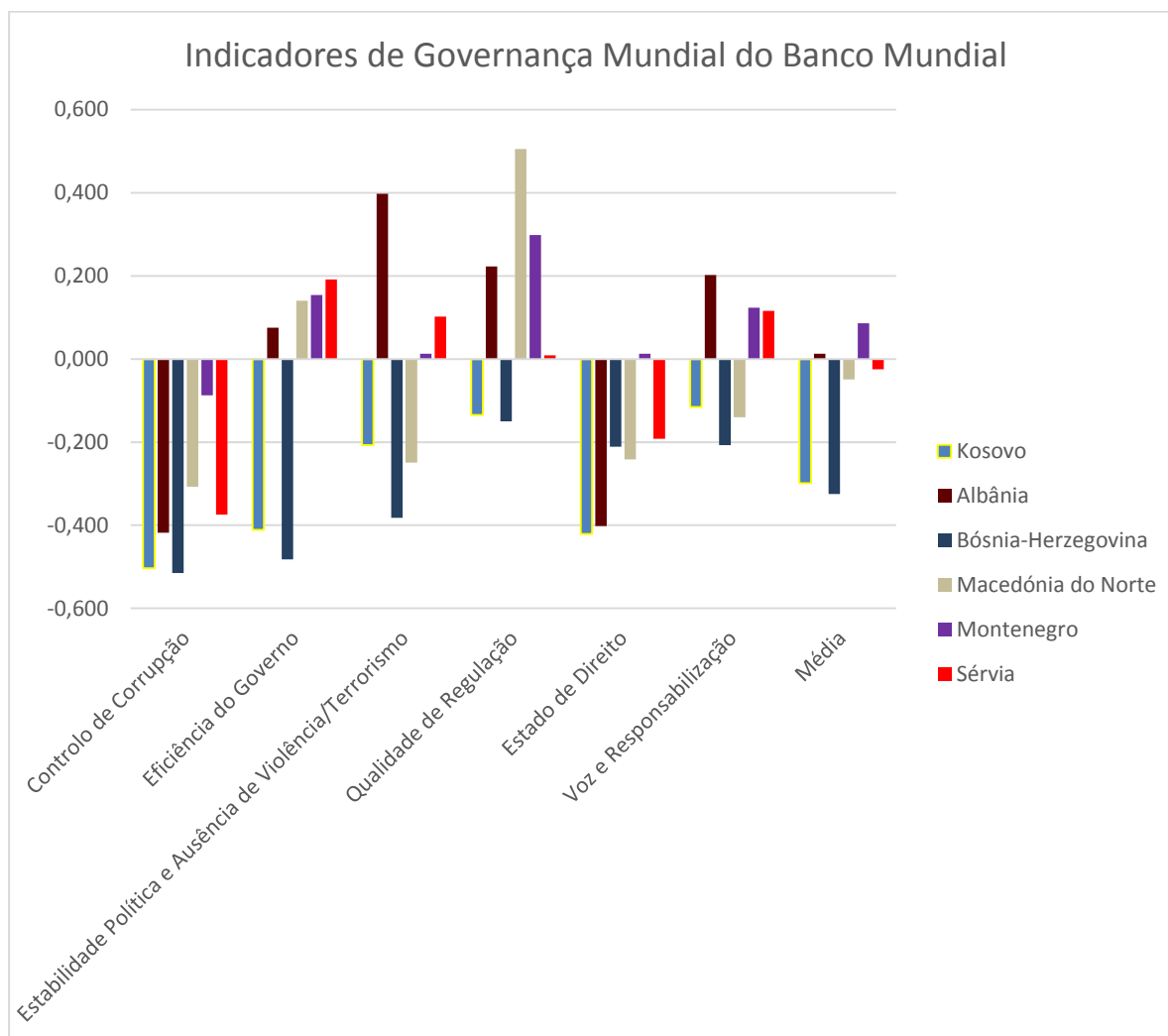
Para este efeito foram recolhidos dois tipos de dados. O primeiro, um conjunto de indicadores do Banco Mundial, intitulados de Worldwide Governance Indicators (Indicadores de Governança Mundial, WGI) que permitem aferir a qualidade da governança no Kosovo e nos países utilizados como base comparativa, indicadores esses que resultam de uma média de conjuntos de indicadores externos e resumem as características do Estado em seis fatores diferentes: controlo de corrupção, eficiência do Governo, estabilidade política e ausência de violência/terrorismo, qualidade de regulação, Estado de Direito e, finalmente, voz e responsabilização.

Um segundo pequeno conjunto de dados foi também recolhido com base nas informações analisadas na revisão de literatura como pertinentes para o Kosovo: exportações de bens e serviços, IDE, Fundos IPA II anuais, taxa de desemprego jovem, despesa pública em saúde e despesa pública em educação. Ao contrário do primeiro conjunto de dados, estes foram recolhidos através de fontes diferentes, primeiramente com dados do Banco Mundial, depois completados com informação do Instituto GAP (relativos ao Kosovo), assim como dos orçamentos de estado da Bósnia e Herzegovina e da Macedónia do Norte, de forma a montar o puzzle que nos possa permitir responder à pergunta proposta. Infelizmente, nos últimos dois indicadores, por vezes não foi possível a recolha de dados para alguns países ou para alguns anos, o que pode causar ruído na compilação estatística.

Com a recolha destes dois conjuntos de dados, o objetivo recai em criar um panorama sobre os seis países seleccionados, de forma a facilitar a comparação e interpretação estatística, para que se possa, com maior eficácia, retirar conclusões.

## ii) Análise dos Dados

Os indicadores de governança mundial incluídos nesta análise são estimativas feitas através de médias relativas a cada um dos indicadores, sendo os dados referentes a 2017 (Banco Mundial, 2018).



*Figura 4.1 - Indicadores Mundiais de Governança do Banco Mundial (Fonte: Banco Mundial, 2018)*

É possível verificar que, relativamente aos dados a que concerne estes indicadores, o Kosovo mostra o segundo pior desempenho médio dos seis países, apenas à frente da Bósnia e Herzegovina, outro país que também lida com conflitos internos de nível étnico, não apresentando um único indicador positivo. Os problemas mais acentuados por estes dados em relação ao Kosovo são o controlo da corrupção e o Estado de Direito, ainda que mostre um nível razoável de ausência de violência para um país que saiu há relativamente pouco tempo de uma guerra com grandes consequências, principalmente comparado com os dados

referentes à Bósnia e Herzegovina, cuja tentativa de resolver a questão étnica foi de menor eficácia, e indicadores não muito acentuadamente negativos relativamente à qualidade de regulação e à voz (dos cidadãos) e responsabilização.

No que toca ao controlo de corrupção, é possível verificar que este é um problema que afeta todos os países dos Balcãs Ocidentais, sendo que no já anteriormente mencionado Índice de Perceção da Corrupção, publicado pelo Transparency International, todos os países surgem posicionados entre o 87º e o 99º lugar (de 180), com a exceção de Montenegro, que apresenta um valor menor de perceção da corrupção em relação aos vizinhos e se situa na 67ª posição.

Neste segundo conjunto de dados, foram analisados indicadores relativos às situações discutidas na revisão de literatura. Os dados são relativos a 2017, excetuando os dados relativos à despesa pública em saúde e na educação, na primeira relativos a 2016 (exceto os do Kosovo, relativos a 2018, e Montenegro, cujos dados estão indisponíveis), na segunda relativos ao ano mais recente<sup>6</sup> onde existam estatísticas para cada país.

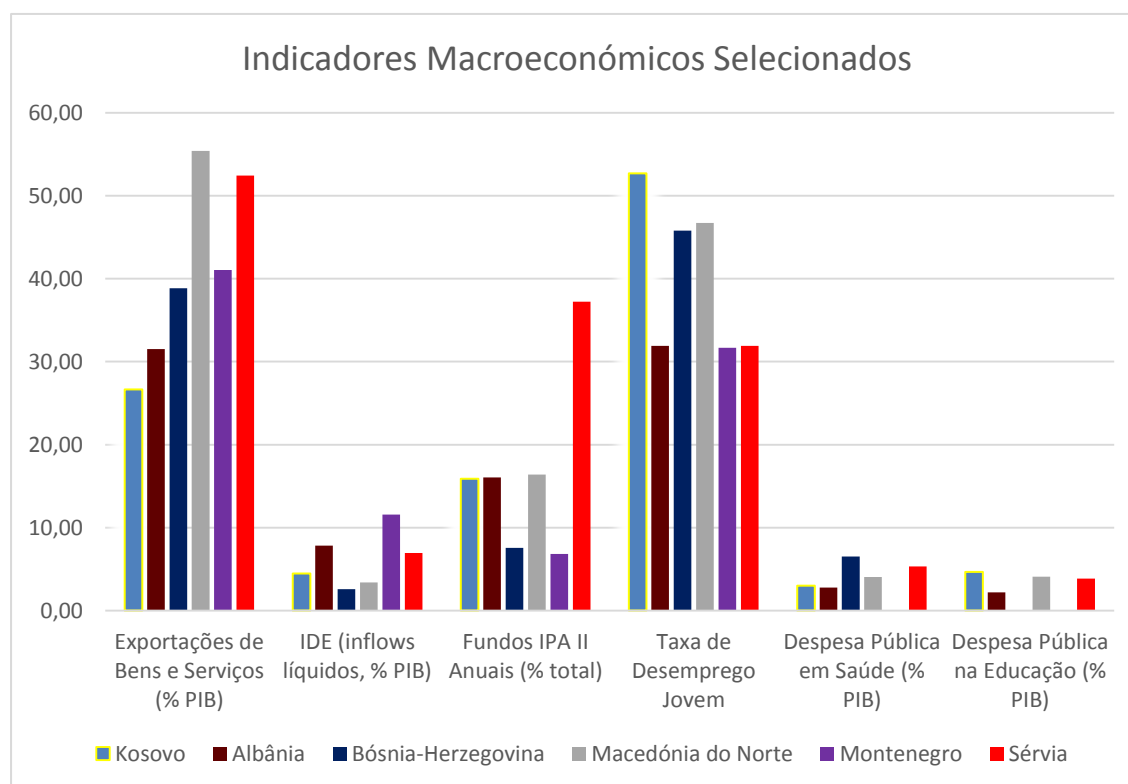


Figura 4.2 - Indicadores Macroeconómicos Seleccionados (Fonte: Orçamento de Estado do Kosovo, Banco Mundial)

<sup>6</sup> Dados do Kosovo relativos a 2018, dados da Albânia relativos a 2017, dados da Sérvia relativos a 2016 e dados da Macedónia do Norte relativos a 2013. Dados da Bósnia-Herzegovina e de Montenegro não estão disponíveis.

Relativamente a estes dados, é possível verificar que o Kosovo tem desempenhos pobres, em comparação com os outros países dos Balcãs Ocidentais, no que toca às exportações e à taxa de desemprego jovem, sendo que na despesa pública em saúde se situa apenas acima da Albânia. Por outro lado, no que toca à despesa pública na educação, relativamente aos países para os quais existem dados disponíveis, o Kosovo apresenta maior investimento. O IDE apresenta-se acima da Bósnia e Herzegovina e da Macedónia do Norte, mas abaixo de Albânia, Montenegro e Sérvia. No que toca aos fundos provenientes da União Europeia, é possível perceber a não existência de qualquer desfavorecimento possivelmente justificável pela falta de reconhecimento multilateral.

É possível também fazer uma comparação destes indicadores em relação à média da União Europeia, como observado na tabela 4.1. O desempenho do Kosovo nestes indicadores regista alguma distância em relação à média europeia, principalmente no que concerne a taxa de desemprego jovem, a despesa pública em saúde e a exportação de bens e serviços.

<b>Indicador</b>	<b>Kosovo</b>	<b>Média EU-28</b>
<b>Exportações de Bens e Serviços (% PIB)</b>	26,65	46,20
<b>IDE (<i>inflows</i> líquidos, % PIB)</b>	4,48	5,44
<b>Taxa de Desemprego Jovem</b>	52,70	15,20
<b>Despesa Pública em Saúde (% PIB)</b>	3	7
<b>Despesa Pública na Educação (% PIB)</b>	4,66	4,6

*Tabela 4.1 - Indicadores macroeconómicos selecionados do Kosovo comparativamente aos países da UE-28 (Fonte: Agência de Estatísticas do Kosovo, Orçamento de Estado do Kosovo, Eurostat)*

### **iii) Análise dos Resultados**

A partir dos dados recolhidos, é possível perceber que, mesmo numa região em que a maioria dos países partilham as mesmas problemáticas que o Kosovo, este não tem sido capaz de, ainda que começando do “zero”, crescer em certos parâmetros para o nível da maioria dos países vizinhos. É relevante assinalar que a Bósnia e Herzegovina, um país que, como observado na revisão de literatura, mantém um clima de divisão étnica e até política mais substancial que o Kosovo, sofre de problemas semelhantes, apesar de terem obtido reconhecimento multilateral. É possível também compreender que a União Europeia considera o Kosovo de forma igual aos outros países dos Balcãs Ocidentais no que concerne o seu financiamento, sendo o financiamento a partir do IPA II do Kosovo não significativamente inferior a nenhum país, com exceção da Sérvia.

No conjunto dos dois gráficos observa-se que no Kosovo subsistem graves problemas a nível da corrupção e da eficiência governativa. Colocando o foco neste último ponto: apenas o Kosovo e a Bósnia e Herzegovina, novamente, registam uma apreciação negativa entre os países dos Balcãs Ocidentais. Situa-se aqui uma das principais diferenças entre o Kosovo e os restantes países, sendo que a maioria das outras estão posicionadas no segundo gráfico: as exportações são as menores da região e, como já foi analisado na revisão de literatura, têm definitivamente um impacto derivado da questão do estatuto. O IDE apenas se situa acima de outros dois países, Bósnia e Macedónia do Norte (recordar que estes dados são anteriores ao Acordo de Prespa).

Na observação dos níveis de IDE para os seis países, apesar de o Kosovo não se apresentar tão desfavorecido quanto noutros indicadores, é possível refletir sobre o que aconteceria caso esse investimento aumentasse. Vários estudos, nomeadamente de Gropp e Kostial (2000: 22-24) e Mahmood e Chaudhary (2013: 68), foram realizados relativamente ao efeito do IDE na receita fiscal: o primeiro concluiu, através da análise de países da OCDE, que os inflows de IDE têm um impacto positivo na receita fiscal total, enquanto que os últimos, numa análise relativa ao Paquistão, concluíram que existe, de facto, um impacto positivo do IDE na receita fiscal e que o “IDE é útil no aumento do bem-estar geral, através do aumento da receita pública”. Isto significa que, caso o mesmo se verifique para o Kosovo, um aumento do IDE para os níveis da Albânia ou do Montenegro levaria a um aumento das receitas fiscais e, assim, a maior margem de manobra no investimento em políticas públicas

Retome-se a atenção à análise de Choi já apontada na revisão de literatura que estima que fazer comércio com o Kosovo é equivalente a uma tarifa de 14% e aponta exatamente a questão do estatuto como uma das explicações para esta realidade. No entanto, não foi possível encontrar quaisquer indicações de que este facto contribua negativamente para a situação do setor público do país.

A despesa pública na saúde, por outro lado, não só se mostra um dado preocupante, quando comparada com os outros países dos Balcãs Ocidentais, como o é, de forma ainda mais saliente, em relação à realidade europeia: segundo dados do Eurostat (2019), a média da UE-28 situa-se nos 7% do PIB per capita, mais 4 pontos percentuais que no Kosovo (apenas Chipre, abaixo, e Lituânia, acima, têm, neste indicador, valores próximos aos do Kosovo), algo que pode apontar a uma fraca gestão de recursos nesta vertente. No entanto, no que toca à educação, também de acordo com dados do Eurostat (2019b), o nível de despesas públicas na educação do Kosovo são equiparáveis dos valores da União Europeia (4,6%), e estão acima dos países circundantes, indicando uma preocupação em melhorar a realidade kosovar neste setor cujas lacunas, como previamente observado, constituem causas da alta taxa de desemprego jovem no país.

### **c) Discussão dos Resultados**

É importante sobretudo numa dissertação desta natureza, não observar as conclusões deste capítulo num vácuo, dado que, para compreendermos o seu efeito, é necessário somá-las a todas as observações realizadas no capítulo anterior.

Somando todas as peças isto significa que existem alguns tipos de fatores com influência significativa direta e indireta na realidade do Kosovo, tanto no setor público, como no setor privado. A primeira realidade está, de facto, ligada à questão do estatuto, e é observável nas limitações que um estado tem quando não beneficia do reconhecimento multilateral por parte de todos os outros países: o número limitado de organizações internacionais a que o Kosovo pertence impede que as instituições e os profissionais do Kosovo não só possam participar em programas internacionais que aumentassem o seu nível, como também obstrói a possibilidade de beber do conhecimento e experiência que esses países têm em várias áreas, diminuindo, ainda que de forma intangível, a eficiência do Kosovo em várias áreas. É também observável na falta de investimento internacional no país, mesmo que por um lado se possa argumentar



que esse efeito não se reflita diretamente no setor público, por outro é inegável que esse investimento traria mais recursos, auxiliaria a resolver o desequilíbrio da balança comercial e fortaleceria a posição do Kosovo no mercado internacional, podendo o governo do Kosovo retirar também um maior número de receitas fiscais, que poderia canalizar para as restantes políticas.

O segundo fator é indubitavelmente a qualidade da governança no Kosovo. A questão do estatuto não explica todas as situações em que o Kosovo demonstra piores resultados que os restantes países da Europa. Ainda que a elevada dependência nas remessas do exterior e, também, nos fundos provenientes da União Europeia e dos Estados Unidos não sejam diretamente responsáveis das políticas públicas, a ausência de uma estratégia para a canalização desses fundos numa direção que tornasse a economia kosovar mais autossustentável acaba por prejudicar a estabilidade económica do Kosovo, até aos olhos dos investidores internacionais. A posição forte do governo do Kosovo quando aplicou a pesada e até proibitiva tarifa aos bens provenientes da Sérvia e da Bósnia, algo que acabou até por enfraquecer de certa forma o apoio ao Kosovo dos seus maiores aliados, não encontra correspondência em muitas áreas de influência governativa, nomeadamente no setor da saúde, mas também de certa forma no setor público como um todo, algo que conduz também a instabilidade política e pode justificar como nenhum dos governos no pós-independência tenha conseguido terminar o seu mandato.

Existe ainda um terceiro fator: a realidade demográfica do país, que, em conjunto com a recente reconstrução das infraestruturas relacionadas com a educação e da remodelação do sistema educativo, explicam os altos números de desemprego do país, principalmente no que toca ao desemprego jovem, muito devido à grande quantidade de jovens a entrar no mercado de trabalho, cujo número não encontra concordância com o número de postos de trabalho criados, existindo, simultaneamente, uma incongruência entre as capacidades requeridas no mercado de trabalho e as oferecidas pelas instituições de ensino.

Em suma, é inegável que há um impacto real da indefinição de estatuto e da ausência de reconhecimento multilateral no Kosovo, quer seja no seu setor público, quer seja no seu setor privado, quer na qualidade de vida dos seus cidadãos ou até na sua posição geopolítica internacional, mas, mesmo com as limitações dessa realidade tidas em conta, fatores como a corrupção e a governança ineficaz, assim como a herança do período bélico, as particularidades demográficas e regionais, e a necessidade de reconstruir as infraestruturas das

instituições praticamente do zero, impedem que o Kosovo progrida enquanto estado, enquanto economia e enquanto país.

## CONCLUSÃO

Tendo em mente a hipótese previamente colocada, é razoável concluir, a partir da análise empírica desenvolvida nesta dissertação, que existe, de facto, uma influência negativa da indecisão relativamente ao estatuto do Kosovo e à ausência de reconhecimento multilateral nas políticas públicas do Kosovo. Tal conclusão é sustentada a partir de vários fatores, nomeadamente a ausência das organizações internacionais que permitiriam munir o recém-formado Estado de programas e iniciativas que auxiliassem nas múltiplas áreas públicas, assim como a retirada de foco, por parte dos governos kosovares, da resolução de problemas internos, direcionando as atenções para cenários de índole externa, inclusive como no caso das tarifas para produtos sérvios e bósnios que causaram um aumento de vários produtos de consumo quotidiano, reduzindo o rendimento disponível de uma população já empobrecida. Este impacto detrimtoso estende-se, ainda, à economia do país através da perda de oportunidades de investimento por parte de agentes externos, devido à situação incerta do país, e também do custo acrescido que significa fazer comércio com o Kosovo.

No entanto, é relevante referir que, mesmo tendo em conta o que foi mencionado no parágrafo anterior, esses impactos são agravados por ações questionáveis por parte do setor político no país, assim como o reduzido investimento numa área tão importante como a da saúde, o lento desenvolvimento do setor da educação, bem como fatores que assolam o país desde o início da sua existência, como são exemplo as enormes taxas de desemprego, com destaque para o elevado desemprego jovem, ou os níveis altos de corrupção, mesmo no setor público, algo que leva inclusive a população a mostrar alguma desconfiança no mesmo. Ainda assim, denota-se uma tentativa de aumentar o investimento público através da construção de infraestruturas, mesmo considerando as questões levantadas em relação às prioridades tomadas nesta vertente. Alguns entrevistados, destacam, no entanto, que tem havido um aumento na qualidade de vida da população, devido à modernização das condições de alguns serviços, sendo que a capacidade de financiamento é auxiliada pela contribuição feita principalmente por parte da União Europeia e, também, dos Estados Unidos da América.

Adicionalmente, a necessidade de reconstrução drástica, a nível de infraestruturas tornou o desenvolvimento inicial menos célere do que seria desejável para um estado recém formado, sendo que é provável que se observe um progresso mais veloz nesta área nesta década, já visível com os planos da construção de uma nova auto-estrada e de um estádio nacional de futebol.

Os principais desafios para o futuro próximo do Kosovo estão dependentes do desenvolvimento das relações internacionais entre Sérvia, Kosovo e União Europeia, existindo a possibilidade de uma eventual inserção dos sérvios na comunidade europeia estar dependente de um cenário de diálogo entre Sérvia e Kosovo em relação a ambos os territórios. No entanto, à altura de escrita desta dissertação, o Kosovo encontra-se em fase de eleições, podendo depender delas a direção que o governo nacional levará nos próximos tempos. É inegável, ainda assim, que as prioridades do Kosovo deverão também passar pela resolução de problemas internos, como o aumento do emprego, em especial o emprego jovem, a melhoria dos setores de educação e saúde e uma progressão em termos de condições de vida para os seus cidadãos, assim como trabalhar com perspectivas de uma futura adesão do Kosovo nas organizações internacionais e da liberalização dos vistos dos cidadãos kosovares para países da União Europeia, situações que, inevitavelmente, terão de passar também pela contribuição de terceiros.

Crê-se que esta dissertação será útil para uma melhor compreensão do contexto atual do Kosovo, nomeadamente no que toca à relação entre a difícil situação do estado em termos de reconhecimento e a realidade do setor público do país, assim como para providenciar um exemplo de desenvolvimento de economia e de políticas públicas num estado jovem, com potencial de crescimento e que se encontra numa situação praticamente ímpar no panorama mundial em termos geopolíticos, colocando-se assim como uma dissertação que se debruça sobre uma perspectiva pouco explorada desta temática.

No que concirnam possíveis aproveitamentos futuros desta dissertação, considera-se que é possível desenvolver esta temática mais a fundo, tendo em conta as possíveis alterações que decorrerão na realidade kosovar na próxima década, e tomando o Kosovo como exemplo para uma análise com um leque de possibilidades de investigação da mesma a nível de políticas públicas, utilizando prismas diferentes daqueles explorados nesta dissertação e chegando a conclusões que podem ser também elas de utilidade extrema para casos semelhantes que possam decorrer no futuro, aproveitando as conclusões retiradas aqui.

Finalmente, é também adequado esclarecer que existem, de facto, algumas limitações na abordagem que foi tomada aqui, sendo que algumas das conclusões foram feitas de forma subjetiva, apesar de sempre sustentadas em metodologias adequadas, como é o exemplo das entrevistas realizadas. Infelizmente não considerei estarem reunidas as condições para uma abordagem utilizando metodologias de cariz econométrico, mesmo no que toca à secção de

análise estatística, dado que a amostra seria sempre demasiado diminuta. Ainda assim, estou convicto de que as opções tomadas na redação desta dissertação estão em linha com as exigências de um documento deste tipo, e que as conclusões que foram alcançadas não carecem de relevância científica.



## REFERÊNCIAS

- Agência de Estatísticas do Kosovo (2018). *Statistical Yearbook of the Republic of Kosovo 2018*.
- Arnold, J. R. & Wiener, R. (2012). *Cold War: The Essential Reference Guide*. Santa Barbara, Califórnia: ABC-CLIO
- Balaj, D. & Lani, L. (2017). The Impact of Public Expenditure on Economic Growth of Kosovo, *Æconomica*, 13 (5)
- Banco Mundial (2018). *Macro poverty outlook: Europe and Central Asia*. Macro poverty outlook. Washington, Distrito de Columbia: World Bank Group
- Banco Mundial (2019). World Development Indicators: Poverty headcount ratio at national poverty lines (% of population), visitado a 03/07/2019 em <<https://data.worldbank.org/country/kosovo>>
- Banco Mundial 2019b, *The World Bank In Kosovo*, visitado a 03/07/2019, <<https://www.worldbank.org/en/country/kosovo/overview#3>>
- Barnett, M. N. (1997). Bringing in the New World Order: Liberalism, Legitimacy, and the United Nations, *World Politics*, 49, 526-551
- Begisholli, B. (2019), ‘Serbia, Kosovo Lock Horns Over Fallen Mining Icon’, BalkanInsight, 11 de fevereiro de 2019, disponível em <<https://balkaninsight.com/2019/02/11/serbia-kosovo-lock-horns-over-fallen-mining-icon/>>, visitado a 02/05/2019
- Bekaj, A. R. (2010). KLA and the Kosovo war: from intra-state conflict to independent country, *Berghof Transitions Series: Resistance/Liberation Movements and Transition to Politics*, 8
- Bne IntelliNews (2018), ‘Kosovo moves to revive major mining complex Trepca’, disponível em <<https://www.intellinews.com/kosovo-moves-to-revive-major-mining-complex-trepca-142470/>>, visitado a 02/05/2019
- Canada: Immigration and Refugee Board of Canada (1997). *The History, Culture and Identity of Albanians in Kosovo*
- Charney, A. (1999). Anticipatory Humanitarian Intervention in Kosovo, *American Journal of International Law*, 93 (4), 834-841
- Choi, J. (2017), ‘The costs of not being recognized as a country: The case of Kosovo’, Brookings, 16 de novembro de 2017, disponível em <<https://www.brookings.edu/blog/future-development/2017/11/16/the-costs-of-not-being-recognized-as-a-country-the-case-of-kosovo/>> (visitado a 02/05/2019)
- Comissão Europeia (2018). *Commission Staff Working Document: Kosovo 2018 Report*

Comissão Europeia (2018b). *Bosnia Herzegovina 2018 Report*.

Comissão Europeia 2016, *How does it work?: IPA planning and programming*, visitado a 02/05/2019 <[https://ec.europa.eu/neighbourhood-enlargement/instruments/how-does-it-work\\_en](https://ec.europa.eu/neighbourhood-enlargement/instruments/how-does-it-work_en)>

Comissão Europeia 2017, *Kosovo – financial assistance under IPA II*, visitado a 02/05/2019 <[https://ec.europa.eu/neighbourhood-enlargement/instruments/funding-by-country/kosovo\\_en](https://ec.europa.eu/neighbourhood-enlargement/instruments/funding-by-country/kosovo_en)>

Comissão Europeia 2019, *Overview – Instrument for Pre-accession Assistance*, visitado a 02/05/2019 <[https://ec.europa.eu/neighbourhood-enlargement/instruments/overview\\_en](https://ec.europa.eu/neighbourhood-enlargement/instruments/overview_en)>

Conselho Europeu (2000). *Santa Maria da Feira European Council (19 and 20 June 2000) Presidency Conclusions*.

Constituição da República do Kosovo (2008)

Cucchi, U. (2017). IPA II: Where does Kosovo stand and how does it make the most of it?: An Analysis of Kosovo Financial Assistance under IPA II, *Espresso.Insight*, 8

Curtis, G. E. & Library of Congress (1992). *Yugoslavia: a country study*. Washington, Distrito de Columbia: Federal Research Division, Library of Congress

Daltveit, E. (2007). *The March 2004 Riots in Kosovo: A Failure of the International Community* (Tese de Mestrado). US Army Command and General Staff College, Fort Leavenworth, Kansas, Estados Unidos da América

Dunbar, G. (2019), 'Spain's hostility to Kosovo forces UEFA to move youth games', 25 de fevereiro de 2019, *Washington Times*, disponível em <<https://www.washingtontimes.com/news/2019/feb/25/spains-hostility-to-kosovo-forces-uefa-to-move-you/>> (visitado a 02/05/2019)

EULEX-Kosovo, *What is EULEX?*, visitado a 30/04/2019 <<https://www.eulex-kosovo.eu/?page=2,16>>

Euronews (2018), 'Kosovo denied entry to Interpol', 20 de novembro de 2018, disponível em <<https://www.euronews.com/2018/11/20/kosovo-denied-entry-to-interpol>> (visitado a 02/05/2019)

Eurostat 2018, *Healthcare Statistics Explained*, visitado a 11/07/2019 <[https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Healthcare\\_expenditure\\_statistics](https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Healthcare_expenditure_statistics)>

Freedom House, *Freedom in the World 2018: Kosovo*, visitado a 15/04/2019 <<https://freedomhouse.org/report/freedom-world/2018/kosovo>>

Friedrich-Ebert-Stiftung (2018). *Socijalne politike u programima političkih partija: da li je jednakost važna?*, Pristina: Friedrich Ebert Stiftung Kosovo



- Friedrich, J. (2005). UNMIK in Kosovo: Struggling with Uncertainty, *Max Planck Yearbook of United Nations Law*, 9, 225-293
- Fundo Monetário Internacional (2018). *Republic of Kosovo: IMF Country Report 18/30*.
- Gabinete do Primeiro Ministro do Kosovo 2018, *Prime Minister Haradinaj: Health system has been neglected for long time and is the first time that something has changed*, visitado a 30/04/2019 <<http://kryeministri-ks.net/en/prime-minister-haradinaj-health-system-has-been-neglected-for-long-time-and-is-the-first-time-that-something-has-changed/>>
- Gallie, D. (1999). Unemployment and social exclusion in the European Union, *European Societies*, 1 (2), 139-167
- Gashi, P. (2018), 'Protestors 'impose visa' on European Commissioner Hahn', Prishtina Insight, 3 de dezembro de 2018, disponível em <<https://prishtinainsight.com/protestors-impose-visa-on-european-commissioner-hahn/>>, visitado a 02/05/2019
- Gawrych, G. (2006). *The Crescent and the Eagle: Ottoman Rule, Islam and the Albanians, 1874-1913*. Cidade de Nova Iorque, Nova Iorque: I.B. Tauris
- Gropp, R. & Kostial, K. (2000). The Disappearing Tax Base: Is Foreign Direct Investment (FDI) Eroding Corporate Income Taxes?, *IMF Working Paper*, WP/00/173
- Guardian (1999), Nato's nightmare: collateral damage, 18 de julho de 1999, disponível em <https://www.theguardian.com/world/1999/jul/18/balkans9> (visitado a 10/09/2019)
- Hameed, I., Iqbal, A. & Devi, K. (2012). Relationship between Exports and Economic Growth of Pakistan, *European Journal of Social Sciences*, 32 (3), 453-460
- Head, M. & Meyer, T. (2015). Gravity Equations: Workhorse, Toolkit and Cookbook. Em *Handbook of International Economics* (131-195). Oxford: BV
- Hoti, A. & Gërguri D. (2017). The Copenhagen Political Criteria for joining the EU: The case of Kosovo, *Teorija in Praksa*, 54 (6), 1008-1022
- HPN 2002, *The Mother Teresa society and the war in Kosovo*, visitado a 30/04/2019 <<https://odihpn.org/magazine/the-mother-teresa-society-and-the-war-in-kosovo/>>
- Human Rights Watch 2000, *The Crisis in Kosovo*, visitado a 30/04/2019 <<https://www.hrw.org/reports/2000/nato/Natbm200-01.htm>>
- Human Rights Watch 2018, *Serbia/Kosovo: Events of 2017*, visitado a 30/04/2018 <<https://www.hrw.org/world-report/2018/country-chapters/serbia/kosovo>>
- İnalçık, H. (2000). *The Ottoman Empire: The Classical Age 1300-1600*. Londres: Phoenix Press.
- International Telecommunication Union 2019, *About International Telecommunication Union*, visitado a 09/05/2018 <<https://www.itu.int/en/about/Pages/default.aspx>>

- Jones, L. (1993). Coping with Serbian Repression in an Albanian Population, *British Medical Journal*, 307 (6896), 112-114
- Koleka, B. (2018), 'Kosovo hits Serbia, Bosnia with 100 percent customs fees after Interpol snub', *Reuters*, 21 de novembro de 2018, disponível em <<https://www.reuters.com/article/us-kosovo-serbia-trade/kosovo-hits-serbia-bosnia-with-100-percent-customs-fees-after-interpol-snub-idUSKCN1NQ29W>> (visitado a 02/05/2019)
- Korovilas, J. P. (2002). The economic sustainability of post-conflict Kosovo. *Post-Communist Economies*.
- Kosova Press (2015), 'Kosovo Post seeks membership of UPU', 26 de maio de 2015, disponível em <<http://www.kosovapress.com/en/economy/posta-kerkon-anetaresim-ne-upu-43206/>>
- Kosovo.net, *History of the territory of today's Kosovo before the Nemanjic dynasty rule*, visitado a 23/04/2019 <[http://www.kosovo.net/vickers\\_illyrians.html](http://www.kosovo.net/vickers_illyrians.html)>
- Krasniqi, G. (2019). Contested States as Liminal Spaces of Citizenship: Comparing Kosovo and the Turkish Republic of Northern Cyprus, *Ethnopolitics*, 18 (3), 289-314
- Kurhasani, X., Hafizi, H., Toci, E. & Burazeri, G. (2014). Tuberculosis Incidence and Case Notification Rates in Kosovo and the Balkans in 2012: Cross-country Comparison, *Materia Sociomedica: Journal of the Academy of Medical Sciences of Bosnia and Herzegovina*, 26 (1), 55-58
- Lemay-Hébert, N. (2009). State-building from the Outside-In: UNMIK and its Paradox, *Journal of Public and International Affairs*, 20, 65-86
- Loxha, A. (2017). Remittances in Kosovo: Primarily an economic survival tool?, *Espresso.Insight*, 3
- Lynch, I. (2012). *Trepca and Kosovo's Uncertain Future*. Trabalho da Universidade de Vermonte
- Mahmood, H. & Chaudhary, A. R. (2013). Impact of FDI on Tax Revenue in Pakistan, *Pakistan Journal of Commerce and Social Sciences*, 7 (1), 59-69
- Mahr, E. (2018). Local contestation against the European Union Rule of Law Mission in Kosovo, *Contemporary Security Policy*, 39, 72-94
- Malcolm, N. (1999). *Kosovo: A Short History*. Nova Iorque: New York University.
- Maloku, E. & Badivuku Pantina, M. (2011). How acceptable are the costs compared to benefits brought by euroisation of Kosovar economy, *Journal of Knowledge Management*, 5, 1-20

- Ministério da Comércio e Indústria do Kosovo (2018). *Annual Report of Industrial Development in Kosovo for 2017*.
- Ministério da Saúde do Kosovo (2016). *Health Sector Strategy 2017-2021*
- Ministério das Finanças do Kosovo (2018). On the Budget of the Republic of Kosovo for Year 2018, *Official Gazette of the Republic of Kosovo*
- Ministério das Finanças do Kosovo (2019). Draft Law on the Budget Appropriation of the Republic of Kosovo for Year 2019
- Murati, V. & Berisha, Q. (2010). *Social Policies in Kosovo: Social Schemes and their Conformity with the Kosovo Reality*.
- NATO 1999, *Resolution 1244 (1999)*, visitado a 30/04/2019  
<<https://www.nato.int/kosovo/docu/u990610a.htm>>
- Nezaj, N. (2015). Kosovo's transformation into a market economy, Discussion Paper, No. 5/15, Europa-Kolleg Hamburg, Institute for European Integration.
- Nezaj, N. X. (2015). *The development of Kosovo and its relationship with the EU*, Discussion Paper, No. 4/15, Europa-Kolleg Hamburg, Institute for European Integration, Hamburg.
- Nuri, B. (2002). Health care systems in transition: Albania, *European Observatory on Health Care Systems*, 4 (6)
- Okun, A. M. (1962). *Potential GNP: Its Measurement and Significance*.
- Organização Mundial de Saúde (2013). Review of the Tuberculosis Programme in Kosovo.
- OSCE (2008). *Four Years Later: Follow up of March 2004 Riots Cases before the Kosovo Criminal Justice System*.
- Passport Index 2019, Global Passport Power Rank 2019, visitado a 13/05/2019  
<<https://www.passportindex.org/byRank.php>>
- Peci, B. (2019), 'Informal economy: the devil on Kosovo's shoulder', Prishtina Insight, 25 de junho de 2019, disponível em <<https://prishtinainsight.com/informal-economy-the-devil-on-kosovos-shoulder/>>, visitado a 15/07/2019
- Percival, V. & Sondorp, E. (2010). A case study of health sector reform in Kosovo, *Conflict and Health*, 4, 7-20
- Petreski, M., Mojsoska-Blazevski, N. & Bergolo, M. (2017). Labor-Market Scars When Youth Unemployment is Extremely High: Evidence from Macedonia, *Eastern European Economics*, 55 (2), 168-196
- Portal Anti-Corrupção GAN, Kosovo Corruption Report, visitado a 30/04/2019  
<<https://www.business-anti-corruption.com/country-profiles/kosovo/>>

Portal da República do Kosovo, República do Kosovo, visitado a 30/04/2019

<<https://www.rks-gov.net/EN/f39/republic-of-kosovo>>

Pula, L. & Elshani, A. (2018). The Relationship Between Public Expenditure and Economic Growth in Kosovo: Findings from a Johansen Co-Integrated Test and a Granger Causality Test, *Ekonomika*, 97 (1), 47-62

Radulović, M., Brnović, M., Lubarda, M., Knežević, I., Mujkić, E., Blagovčanin, S., Murati, A., Kolekeski, A. & Maxhelaku, A. (2018). *Instrument for Pre-accession Assistance and the Countries of the Western Balkans*.

Raphael, S., & Winter-Ebmer, R. (2001). Identifying the Effect of Unemployment on Crime, *The Journal of Law & Economics*, 44 (1), 259-283

Roberts, A. (1999). NATO'S 'Humanitarian War' over Kosovo, *Survival*, 41 (3), 102-123

Saric, M. & Rodwin, V. G. (1993). The once and future health system in the former Yugoslavia: Myths and realities, *Journal of Public Health Policy*, 14 (2), 220-237

Shaw, S. J. & Shaw, E. K. (2002). *History of the Ottoman Empire and Modern Turkey: Volume 2, Reform, Revolution, and Republic: The Rise of Modern Turkey 1808-1975*. Cambrígia: Cambridge University Press

Skenderi, N. & Uka, A. (2015). Types and Duration of Unemployment in Kosovo, *Mediterranean Journal of Social Sciences*, 6 (3), 453-457

Telegraf (2019), 'Haradinaj seizes Serbian property and does not want to talk about "Trepca": Pristina's answer to EU', 5 de fevereiro de 2019, disponível em <<https://www.telegraf.rs/english/3030380-haradinaj-seizes-serbian-property-and-does-not-want-to-talk-about-trepca-pristinas-answer-to-eu>> (visitado a 02/05/2019)

Topxhiu, R. M. & Krasniqi, F. X. (2011). Foreign Trade and Economic Growth in Kosovo: Trends and Some Features, *International Journal of Economics and Management Sciences*, 1 (5), 97-107

UNICEF (2004). *Situation Analysis of Education in Kosovo*.

United Nations Development Program (2013). *Action Paper on Healthcare in Kosovo: Satisfaction with Healthcare Services and Perceptions on Presence of Corruption*.

UNMIK 1999, *UNIMK/REG/1999/4*, visitado a 30/04/2019  
<<http://www.unmikonline.org/regulations/1999/reg04-99.htm>>

Visoka, G. (2011). International Governance and Local Resistance in Kosovo: the Thin Line between Ethical, Emancipatory and Exclusionary Politics, *Irish Studies in International Affairs*, 22, 99-125

Vucetic, S. (2001). The Stability Pact for South Eastern Europe as a Security Community-Building Institution, *Southeast European Politics*, 2 (2), 109-134

- West, L. & Rexha, A. (2018). *Integrating Kosovo into the United Nations System: Policy Report No. 01/18*. Pristina: Group for Legal and Political Studies
- WIIW 2017, wiiw Opinion Corner: Kosovo's arbitration 'games', visitado a 15/05/2019 <<https://wiiw.ac.at/wiiw-opinion-corner-kosovo-s-arbitration-games--n-217.html>>
- Wippman, D. (2001). Kosovo and the limits of International Law, *Fordham International Law Journal*, 25, 129
- World Bank Group (2016). *Migration and Remittances Factbook 2016*
- Xhambazi, V. (2018). *The Incomplete Puzzle: How Should Kosovo Approach 5Eu Non-Recognizers?*. Pristina: Prishtina Institute for Political Studies
- You See! (2018). *National Baseline Report on Youth Unemployment in Kosovo*.
- Zhuja, B. (2014). *EU experiments on Kosovo's integration path: Challenges of Stabilization and Association Agreement*.
- Zivanovic, M. & Morina, D. (2017), 'Kosovo Albanians, Serbs Fear For Trepca Mine's Future', *BalkanInsight*, 11 de agosto de 2017, disponível em <<https://balkaninsight.com/2017/08/11/kosovo-calls-political-serb-s-statements-on-trepca-mining-08-07-2017/>> (visitado a 02/05/2019)
- Zupančić, R., Pejić, N., Grilj, B. & Rodt, A. P. (2018). The European Union Rule of Law Mission in Kosovo: An Effective Conflict Prevention and Peace-Building Mission?, *Journal of Balkan and Near Eastern Studies*, 20 (6), 599-617

## FONTES ESTATÍSTICAS

- Agência de Estatísticas do Kosovo (2018). *Gross Domestic Product by expenditure in current prices 2008-2017*, disponível em <[http://askdata.rks-gov.net/PXWeb/pxweb/en/askdata/askdata\\_\\_07%20National%20and%20government%20accounts\\_\\_National%20accounts\\_\\_Annual%20national%20accounts/gdp13.px/?rxid=e318bf82-701f-41a5-9892-5269c097adb](http://askdata.rks-gov.net/PXWeb/pxweb/en/askdata/askdata__07%20National%20and%20government%20accounts__National%20accounts__Annual%20national%20accounts/gdp13.px/?rxid=e318bf82-701f-41a5-9892-5269c097adb)> (visitado a 11/07/2019)
- Agência de Estatísticas do Kosovo (2018). *Number of unemployed and unemployment rate by sex and age group 2012-2018*, disponível em <[http://askdata.rks-gov.net/PXWeb/pxweb/en/askdata/askdata\\_\\_Labour%20market\\_\\_02%20Annual%20labour%20market\\_\\_Papun%C3%ABsia/lfs15.px/?rxid=3614cb49-ff58-4156-9895-57f9be468206](http://askdata.rks-gov.net/PXWeb/pxweb/en/askdata/askdata__Labour%20market__02%20Annual%20labour%20market__Papun%C3%ABsia/lfs15.px/?rxid=3614cb49-ff58-4156-9895-57f9be468206)> (visitado a 11/07/2019)
- Banco Mundial (2018). *Domestic general government health expenditure (% of GDP)*, disponível em <<https://data.worldbank.org/indicator/SH.XPD.GHED.GD.ZS>> (visitado a 22/05/2019)

Banco Mundial (2018). *Government expenditure on education, total (% of GDP)*, disponível em <<https://data.worldbank.org/indicator/SE.XPD.TOTL.GD.ZS>> (visitado a 23/05/2019)

Banco Mundial (2018). *Worldwide Governance Indicators*, disponível em <<https://info.worldbank.org/governance/wgi/#home>> (visitado a 25/05/2019)

Banco Mundial (2019). *Exports of goods and services (% of GDP)*, disponível em <<https://data.worldbank.org/indicator/ne.exp.gnfs.zs>> (visitado a 11/07/2019)

Banco Mundial (2019). *Unemployment, total (% of total labor force) (national estimate)*, disponível em <<https://data.worldbank.org/indicator/SL.UEM.TOTL.NE.ZS>> (visitado a 11/07/2019)

Banco Mundial (2019). *Unemployment, youth total (% of total labor force ages 15-24) (national estimate)*, disponível em <<https://data.worldbank.org/indicator/SL.UEM.1524.NE.ZS>> (visitado a 11/07/2019)

Instituto GAP (2019). *How does the State spend our money?*, disponível em <<https://www.institutigap.org/spendingsEng>> (visitado a 26/05/2019)

## ANEXOS

### ANEXO A - Produto Interno Bruto do Kosovo (milhões de euros)

2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
2912,5	3002,9	3120,4	<b>3461</b>	3882,8	4069,6	4402	4814,5	5058,8	5326,6	5567,5	5806,9	6070	6413,8

### ANEXO B - Indicadores Macroeconómicos nos Balcãs Ocidentais

Indicador	Bósnia e Macedónia Montene- Herzegovina do Norte gro Sérvia					
	Kosovo	Albânia				
Despesa Pública em Saúde (% PIB)	<b>3,00</b>	2,77	6,53	4,03	n.d.	5,30
Despesa Pública na Educação (% PIB)	<b>4,66</b>	2,19	n.d.	4,10	n.d.	3,86
Exportações de Bens e Serviços (% PIB)	<b>26,65</b>	31,52	38,87	55,40	41,06	52,45
Fundos IPA II Anuais	<b>91,90</b>	92,90	43,70	94,90	39,50	215,40
IDE (% PIB)	<b>4,48</b>	7,84	2,56	3,38	11,57	6,95
Taxa de Desemprego Jovem	<b>52,70</b>	31,90	45,81	46,73	31,69	31,91